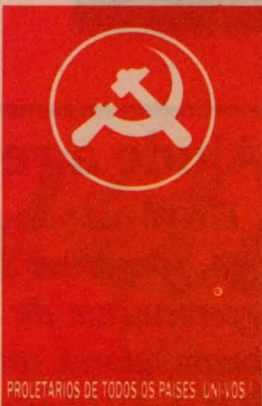


A Classe Operária

Ano 69-6ª Fase-nº122-11 a 24 de abril de 1994-CR\$ 900,00



PROLETARIOS DE TODOS OS PAISES UNIVOS!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL



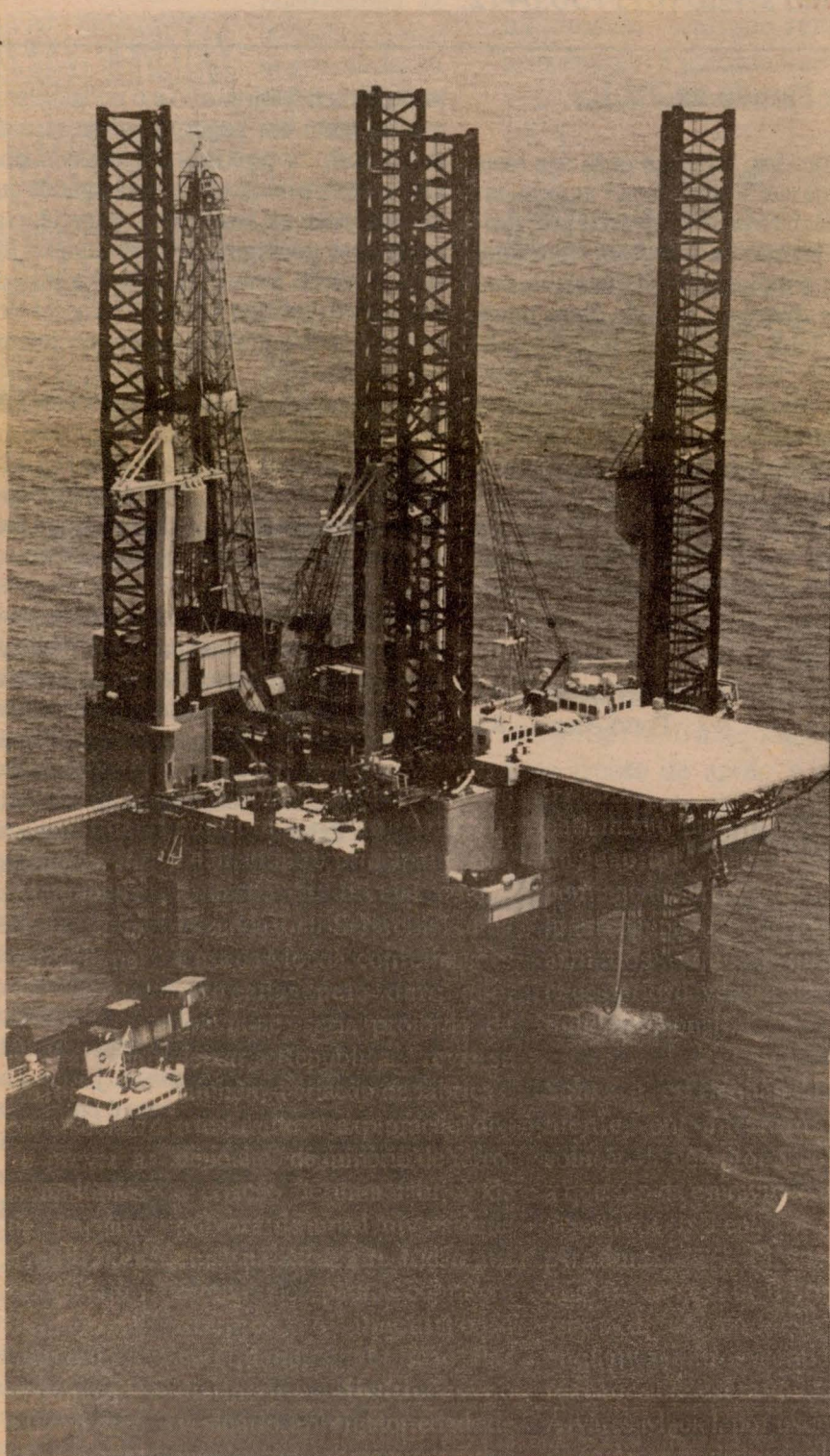
SUCCESSÃO PRESIDENCIAL

O processo eleitoral toma contornos mais definidos. Organiza-se a frente popular, democrática e nacionalista em torno da candidatura Lula.

PÁGINA 5

PETROBRÁS DESMASCARA CAMPANHA MENTIROSA

DIVULGAÇÃO



A Petrobrás entra firme na briga contra as campanhas mentirosas que visam criar as condições para o fim do monopólio estatal da empresa. Veja entrevista de José Fantine, superintendente de Planejamento da Petrobrás. No Congresso Nacional, o líder do PCdoB Haroldo Lima, denuncia as manobras dos que querem ver a empresa privatizada.

PÁGINAS 7,8 e 9



Plataforma auto elevatória em Aracajú. Acima, trabalhador controla a produção

FRANÇA

Protestos estudantis obrigam o governo a cancelar projeto que previa pagamento de apenas 80% de salário mínimo aos jovens

PÁGINA 12

ConCUT

A Central Única dos Trabalhadores realiza seu 5º Congresso, de 19 à 22 de maio. Diversas polêmicas devem esquentar o debate

PÁGINA 6

UJS

Jovens Socialistas se reúnem em Salvador. Devem aprovar uma plataforma juvenil que norteará a ação da entidade na campanha eleitoral.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois



Resumo

29/3. segunda

Realizadas eleições gerais na Itália das quais a direita saiu vitoriosa por pequena margem de votos sobre a frente de esquerda. Silvio Berlusconi, magnata que controla um império composto de três emissoras de TV, uma revista semanal, um jornal, uma rede de supermercados, companhias de seguros e agências de publicidade, além do time de futebol Milan, chefiou a coligação direitista composta pela Forza Itália, a Liga Norte federalista e pelos neofascistas do Movimento Social Italiano (MSI). Este resultado se deve em parte à introdução do voto distrital através do qual passou a ser escolhido um quarto da Câmara dos Deputados. A Liga Norte, por exemplo, conseguiu 8% dos votos mas ficou com 106 (17%) cadeiras das 630 da Câmara. Entretanto, as coisas se complicaram quando a direita se viu diante da tarefa de formar o novo governo. Umberto Bossi líder da Liga Norte passou a atacar Berlusconi que deveria ser indicado para primeiro-ministro, chamando-o de autocrata e dizendo que "o fascismo não pode entrar no governo do país". Diante do impasse ganha corpo a idéia de buscar uma saída com a convocação de novas eleições.

30/3. quinta

A tarifa dos ônibus em São Paulo passou a custar CR\$ 400,00 acumulando desde janeiro de 93, quando Maluf assumiu a prefeitura uma alta de 98,7% acima da inflação. Maluf privatizou a CMTC demitindo cerca de 20 mil profissionais do transporte que não estão sendo contratados pelas empresas de transporte particulares.

4/4. segunda

Divulgado o relatório anual do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) documento que serve de guia para as autoridades norte-americanas para defender os interesses da burguesia monopolista dos EUA no comércio mundial. No caso do Brasil são constatados "avanços" na diminuição das tarifas alfandegárias mas continua a exigir tarifas ainda mais reduzidas "em produtos de interesse das empresas dos Estados Unidos", como também querem, entre outras coisas que o Brasil "implemente as reformas prometidas no projeto de lei das patentes, elimine as restrições à participação estrangeira na área de serviços, além de admitir capital estrangeiro em áreas reservadas do governo como petróleo, telecomunicações, mineração e seguro-saúde".

Inflação em URV

Levantamento feito em alguns supermercados do Rio de Janeiro indicam que no primeiro mês de vigência da URV, entre 1 de março e 4 de abril indica que vários produtos básicos tiveram uma alta astronômica em URVs. O creme de leite Nestlé 110,4%, a margarina Doriana 95,12%, o leite Moça 81,11%, o leite Ninho 73,29%, o feijão preto 65,8%, o Nescau 50,25%, o sabão Omo 49%, o patinho (carne) 43,14%. Inflação em URV é o mesmo que inflação em dólar. Isso ocorre enquanto os salários dos trabalhadores estão congelados em URV. Incorporam a inflação passada quando ocorre o primeiro tipo de perda e não incorporam a inflação em URVs, quando ocorre o segundo tipo de perda. Isso sem falar nas perdas na hora da conversão.

5/4. terça

Reprimida com violência uma manifestação de funcionários públicos na província de Jujuy, Argentina, contra os baixos salários e pela libertação de 23 presos nas manifestações da véspera. Em Santiago del Estero, onde em dezembro do ano passado realizaram-se grandes manifestações de protesto, o presidente Carlos Menem foi declarado persona non grata. De outra parte, veio a público o estudo Patentes sem Monopólio do jornalista Alberro Ferrari alertando sobre as consequências que sobrevirão para a Argentina se o governo e o parlamento daquele país cederem às pressões que estão sendo exercidas pelo governo norte-americano na questão das patentes farmacêuticas. Os preços dos remédios poderão subir até 270%, serão transferidos US\$ 500 milhões anualmente para os laboratórios estrangeiros, haverá

a perda de 200 mil empregos na indústria local, além da dependência tecnológica. É em meio a esses protestos e denúncias do caminho neoliberal que, no domingo, 10/4, serão realizadas eleições para uma Assembléia Constituinte que pretende possibilitar a reeleição de Menem por um período de mais quatro anos.

5/4. terça

O Departamento de Estado dos EUA informou que um navio americano partiu da Califórnia com o primeiro carregamento de mísseis Patriot destinados à Coreia do Sul. O Pentágono confirmou ainda a retomada para breve das manobras militares conjuntas, Team Spirit, de tropas sul-coreanas e norte-americanas. O imperialismo mostra dessa maneira toda a sua agressividade e contribui de forma decisiva para o agravamento das tensões na península coreana.

Ajude a repor o prejuízo d'A Classe

Em virtude do roubo na sede do jornal, estamos fazendo uma campanha de assinaturas de apoio. O jornal precisa urgentemente de um capital de emergência para repor os computadores roubados e reequipar a redação. No Ativo Nacional de Agitação e Propaganda, ocorrido em São Paulo durante o feriado de Páscoa, ficou acertado que cada estado se compromete a fazer no mínimo 20 assinaturas de apoio até o dia 1º de maio, aniversário d'A Classe. O valor da assinatura é CR\$ 25.000,00

Solicitamos aos leitores que cooperem com a campanha e procurem amigos, líderes sindicais, estudantes e comunitários, deputados, vereadores e simpatizantes do partido para que façam a assinatura. Utilize o cupom da página 15 ou procure os responsáveis pela Agitação e Propaganda do Diretório Regional. Participe desse esforço concentrado até o dia 1º.

Informamos que o fax do jornal já foi repostado e o número continua sendo (011) 36.0412.

Partido na TV 1

Emocionados, felizes e cada vez mais convictos da tarefa que temos, cumprimentamos os camaradas responsáveis pelo programa do partido na televisão. Com uma linguagem simples, dizendo o que nosso povo sente, bateu no coração dessa brava gente brasileira. Tão logo terminou o programa, recebi em minha casa um telefonema de um advogado de Bagé, dr. Severo, velho batalhador pela soberania do país, emocionado com nosso programa e com a participação de João Amazonas. A emoção desse brasileiro, sem dúvida, é a de todos aqueles que viram nosso programa e que estão dispostos a construir uma pátria socialista.

Deputada Jussara Cony
Porto Alegre - RS

Partido na TV 2

É bom ver o crescimento da propaganda partidária no programa na TV. No dia 24 de março tivemos uma grata surpresa: de maneira leve e ao mesmo tempo incisiva e profunda, foi assim que aparecemos durante 30 minutos para milhões de pessoas. Certamente ajustes deverão ser feitos, mas dar avanços na prática, como este, sem dúvida ajuda muito no aperfeiçoamento do nosso trabalho.

Ivan Boere Souza
Porto Alegre - RS

Jornal presente

O jornal "A Classe Operária" tem um dever histórico, essencial como instrumento de propaganda do partido. É através dele que os princípios, idéias e políticas do PCdoB são conhecidos nas mais longínquas regiões do país. É através dele que os militantes se formam no marxismo-leninismo, munem-se contra teorias e comportamentos pequeno-burgueses. Mais importante: fortifica a teoria revolucionária

impedindo o fracionismo e o revisionismo que apostam em pegar de surpresa e de forma sutil os espíritos dos desavisados. Em resumo, é o veículo de propaganda que faz conhecer as resoluções, experiências passadas e presentes dos comunistas do mundo inteiro e municia os camaradas de argumentos político-ideológicos necessários ao trabalho partidário de convencimento das massas.

O jornal é indispensável na construção de um partido forte, ligado às massas, em particular à classe operária, e coeso na ação política. Como disse Lênin: o jornal não é só um propagandista coletivo e um agitador coletivo, é também um organizador coletivo.

Diante desses argumentos resta-nos ver como anda a política do partido no setor de propaganda. Há pouco tempo, o coletivo partidário participou com sugestões e debates sobre como melhorar a linha editorial e a apresentação do jornal. Através da crítica e autocrítica e do centralismo democrático tivemos êxito nas soluções encontradas. Faltou, porém, estudos detalhados da distribuição e designação de metas para os estados. Por isso sugiro uma campanha não restrita a assinaturas, mas de vendas em locais fixos, pontos de ônibus, trens, nas casas, visitas a escolas, portas de fábrica, áreas em que o partido tem ação constante, nas reuniões que utilizam o jornal para debate e sindicatos. Para isso é preciso um planejamento e ampla discussão no partido.

Rítalo Santiago Santos
Nova Iguaçu - RJ

Índio no PCdoB

Sou um índio Kaxinawa e, como secretário da União da Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas, desejo total apoio à nossa causa. Sou filiado ao PCdoB há sete anos e espero que nossa luta seja construtiva para o futuro do país. De acordo com meus parentes índios e com os companheiros do partido na região, devo ser candidato a vereador em 1996 para contribuir ainda mais com nossa luta.

Mana Kaxinawa
Tarauacá - AC

Caia máscara dos revisores

Flávio Tonelli
de Brasília

Na sessão do Congresso Revisor do dia 5 de abril caiu a máscara dos revisionistas. Sem a pele de cordeiro aparece o lobo e com ele as reais motivações que orientam a bancada revisionista.

Até então, os defensores da revisão utilizavam o discurso das inadiáveis mudanças que deveriam ser introduzidas na Constituição para a solução dos problemas nacionais. Para mascarar as discussões, as carências do povo quanto à saúde e previdência, educação, saneamento eram colocadas enquanto solução inadiável e como que justificavam a necessidade da revisão constitucional. A carga tributária é apresentada como inibidora do desenvolvimento econômico. No mesmo tom do discurso collarido, o Estado brasileiro é responsabilizado pelas mazelas do país.

OS REVISIONISTAS TEM PRESSA DE RETIRAR PONTOS IMPORTANTES DA CONSTITUIÇÃO

No dia 5, um requerimento de inclusão na pauta de prioridades da revisão colocou na ordem do dia dos trabalhos temas da ordem econômica. Foram escolhidos para iniciar a discussão o conceito de empresa nacional e a exploração do subsolo. Pode-se perceber que a motivação primeira deixou de ser a falácia do atendimento às necessi-

dades reais do povo para assumir descaradamente os interesses do grande capital internacional. A quem interessa o fim da diferenciação entre empresa nacional e empresa estrangeira? Ou alterações nas condições de exploração do subsolo brasileiro, hoje restrita às empresas de capital nacional?

Para apressar ainda mais essas alterações, contrariando o Regimento do Congresso Revisor, o relator, deputado Nelson Jobim, retirou de pauta diversos itens que, por serem polêmicos, atrasam as discussões. Assim, restrições à imunidade parlamentar e à fidelidade partidária ficam para depois, talvez para nunca. Os revisionistas têm pressa de retirar da Constituição pontos importantes para a soberania e o desenvolvimento econômico do país.

Esses pontos são fundamentais para que as multinacionais possam explorar o nosso subsolo, exportar nossas riquezas subfaturadas, principalmente agora que pretendem também acabar com o monopólio estatal do petróleo.

Na contramão do que se vê hoje, pretende-se condenar à extinção a empresa nacional. Enquanto isso, na Europa, no Japão e até mesmo nos Estados Unidos protege-se a empresa e a produção nacional. Os países ricos criam cada vez mais barreiras aduaneiras contra a produção alienígena.

Ao tornarem-se patentes os reais interesses que motivam os revisionistas, tomam corpo as denúncias de que grandes somas de propinas estão envolvidas no processo de revisão constitucional.

A investida da elite irresponsável deve também desencadear uma grande reação dos setores que se identificam com uma política alternativa, popular, que estabeleça uma democracia social no país, que anseia tornar-se uma nação independente.

Editorial

A resposta popular

Vencido o prazo da desincompatibilização, o quadro da disputa presidencial vai chegando a sua conformação final. Maluf sai de cena, deixando o espaço livre para Fernando Henrique Cardoso, candidato preferencial das elites e do imperialismo americano. A maquiagem de centro-esquerda que alguns setores, inclusive conservadores como o jornal *O Estado de São Paulo*, tentam impingir a Fernando Henrique vem se esborando à medida que ele vai consolidando aliança com o PFL.

O PMDB encontra-se dividido e caminha para uma prévia no dia 15 de maio que escolherá o candidato à presidência entre Orestes Quércia, Roberto Requião e José Sarney. Enquanto isso, Brizola insiste em seu isolamento e concentra ataques infundados e despropositados a Lula e aos partidos de esquerda.

Mas o fato novo e importante que surge no cenário político é o processo de aglutinação dos partidos de esquerda rumo à formação de uma frente de apoio a uma candidatura popular, capaz de enfrentar a ofensiva das elites em torno de FHC.

Partidos como o PT, PSB, PPS, PCdoB, PV e PSTU, reuniram-se em Brasília no último dia 5 de abril e acerta-

ram o lançamento de uma frente popular de caráter nacional e democrático, no dia 21 de abril em Ouro Preto. Simbolicamente a data e o local escolhidos pretendem marcar que a luta pela independência do Brasil continua na ordem do dia, no centro da preocupação do povo e dos democratas brasileiros. Dessa forma, a candidatura popular já surgiria com a marca da defesa dos interesses nacionais, expressos em manifesto a ser lançado na oportunidade com apoio não só das lideranças partidárias de esquerda, mas de personalidades democráticas e populares de todo o país.

O lançamento da frente popular no dia 21 de abril será um fato de alto significado político, que vai reforçar uma candidatura de feição popular que já conta com 37% da preferência do eleitorado e que por isso mesmo é o alvo preferido dos ataques dos conservadores e suas forças de sustentação alienígenas. A formação de uma frente dessa envergadura dará mais fôlego e propiciará o melhor enfrentamento dos percalços que seguramente vão surgir tentando impedir o êxito de uma proposta que se contrapõe à do porta-voz deslavado da implantação do neoliberalismo no Brasil.

A "lista" do ministro e a CUT

Sérgio Barroso
da Executiva Nacional da CUT

De um cinismo espantoso o ministro Fernando Henrique Cardoso. Deslumbrado com o apoio quase unânime das elites, exala, como candidato à Presidência da República, o cheiro mofado das falcatruas e velhas mentiras contra o povo.

Ao assumir a Fazenda - que desejava desde o governo Collor, sabe-se - pediu para todos esquecerem o que havia escrito. Depois jurou baixar a inflação, "em dois ou três meses". Não satisfeito, afirmou não haver perdas salariais com a edição da MP 434, peça-chave de seu Plano de Estabilização. Diante então de aumentos escandalosos dos preços, passou a fazer demagogia sórdida acusando "osoligopólios". Bajulado por mais de uma centena de poderosos capitalistas, na sede da CNI, asseverou ser um candidato "com grandes preocupações sociais". Mais recentemente o antes renomado professor da Sorbone, revelou existir entre PSDB e o PFL "pontos de identidade programática", defendendo aliança entre os dois, uma vez que (também) o PT realiza alianças "com o PCdoB que defende ditadura".

Não para aí a "lista" de vigarices que FHC, este neoliberal travestido de social-democrata, pretende empurrar goela abaixo da nação:

a) De maio/junho de 1993 a fins de março deste ano, período de FHC como ministro, a inflação ultrapassou os 2000%; as taxas de juros chegaram a 26,85% em termos reais, as mais altas do mundo segundo a Fundação Getúlio Vargas, em levantamento recente.

b) Segundo a FGV a inflação de março passou dos 45%, acumulando, de janeiro para cá, mais de 185%. Enquanto isso, cálculos rigorosos dão conta de que a variação da URV foi de apenas 110% nesses mesmos quatro meses.

c) A conversão em URV, feita em cruzeiros reais e até o dia do pagamento, vem impondo uma desvalorização de, pelo menos, 1,8% ao dia.

d) No período maio/dezembro de 1993, os gastos do governo aumentaram em 44,5%, informa a Secretaria do Tesouro. De outro lado, a dívida interna cresceu em 23,9%, enchendo os cofres de uma centena de burgueses controladores dos papéis do governo. Sabe-se ainda que o último balanço trimestral divulgado pelos banqueiros indicam lucros líquidos de mais 600 milhões e 300 milhões de dólares apenas para Bradesco e Itaú, respectivamente.

Com a reedição da MP 434, agora MP 457, parece que a "lista" de FHC passa para as mãos de Rubem Ricupero. Como na Máfia?

Para o novo ministro, não há perdas salariais e não tem essa de salário mínimo de 100 dólares. E, como na Máfia, elites, mentiras e estelionato (eleitoral) andam juntinhos. No mínimo, ministro.

Assim, o protesto do dia 23 de março, encabeçado pela CUT, resultou em greves e manifestações em todo o país. Aquém das necessidades políticas, respondeu, no geral, às possibilidades organizativas e aos problemas da central. Daí a mudança do caráter da mobilização.

O Plano FHC encobre grave lesão à soberania nacional, via dolarização da economia e acordos inomináveis para a dívida externa. Agravará ainda mais a situação insuportável de exploração devida à memória das massas. Por isso, continua na ordem do dia a organização de um protesto político amplo e radical dos trabalhadores.

PLANO FHC ENCOBRE GRAVE LESÃO À SOBERANIA NACIONAL



CDIA
Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício Grabois

CRÔNICA DE Brasília

Revisão renitente

Luiz Aparecido

É inacreditável ver o PPR obstruindo uma votação da revisão constitucional. Mas foi o que se viu nas votações da última terça-feira à noite, quando o presidente colocou na pauta a preferência para votar o fim dos monopólios estatais e a reforma fiscal. Além dos "contras", obstruíram o PTB, o PPR e setores do PMDB. E olha que essa seria uma semana decisiva para os revisionistas renitentes.

Tudo fruto da pressão que os megaempresários, executivos de grandes empresas multinacionais, banqueiros e outros entreguistas que tais, fizeram sobre o Congresso nas últimas semanas. Agora comandados pelo monopolista do aço, Jorge Gerdau, os empresários vêm marcando sob pressão os líderes revisionistas e o próprio governo, para priorizar a votação dos temas econômicos.

Nas últimas reuniões entre os caciques revisionistas e emissário do governo, chegou-se a um acordo sobre uma pauta mínima de 17 itens, incluindo a reforma fiscal e previdenciária, mas os megaempresários, banqueiros e multinacionais não ficaram contentes. Afinal, o que têm eles com os problemas do Estado brasileiro. Eles querem é votar logo o fim dos monopólios estatais. Colocar a Petrobrás nas mãos da Esso, Shell, Texaco e outras.

Querem também o fim do monopólio das telecomunicações e no setor energético, para que os gandes capitalistas nacionais se unam aos tigres multinacionais para tomar o que é fruto do suor dos brasileiros. E agora essa gente toda tem a ajuda providencial do Fernando Lero Cardoso, que saiu do governo para tentar entrar definitivamente nele. Agora, como verdadeiro porta-voz do grande capital e dos espoliadores do povo e da nação, Fernando Lero quer dar tudo para completar seu trabalho.

Matar os pobres. E olhem que o Fernando Lero, no Ministério da Fazenda, fez quase tudo o que os grandes capitalistas brasileiros e multinacionais queriam. Fez um plano que diminui salários e aumenta preços, impostos e juros e agora só falta fechar o cerco, acabando, na Constituição, com todas as conquistas sociais e econômicas do povo brasileiro. E é isso que ele vai tentar fazer a partir de agora. O

problema é que não avisaram os partidos "contras" e os parlamentares decentes e patriotas que existem em outros partidos.

Por isso, a inversão de pauta da revisão constitucional, dando preferência para os temas econômicos não tem conseguido a adesão que os entreguistas previam. Entra semana, sai semana, o quorum se mantém baixo e as manobras do relator e seus acólitos, acabam por dar em nada. Af então, os megaempresários ficam nervosos e começam a ameaçar e tentar desmoralizar o Congresso e os parlamentares.

Basta ver o que dizem os jornalões, as revistas e as redes de televisão e rádio. Nenhuma palavra mais sobre a punição aos corruptos do orçamento e demais falcatruas, nada de cobrança sobre a demora do governo em enviar sua proposta orçamentária para o Congresso e pouca coisa se diz sobre a reforma fiscal ou previdenciária, que teoricamente interessaria ao governo. Eles só criticam a falta de quorum na revisão. O resto dos temas que interessam ao país, pouco se lhes dá.

Enquanto a campanha... Anda confundindo todo mundo as articulações para compôr as chapas que vão disputar as próximas eleições, principalmente a Presidência da República e os governos de Estado. É o que mais os políticos têm feito em Brasília nas últimas semanas. Até o fechamento desta edição, ninguém sabia se Brizola sairia candidato ao Senado ou a presidente da República. Se Quércia ganharia ou não as prévias do PMDB ou até se elas existirão mesmo. Se o candidato a vice do pavão misterioso seria mesmo o filho de ACM ou Gustavo Krause. Se Passarinho ou Espiridião Amim tomaria o lugar de Maluf. Ou seja, está tudo como na semana passada.

E vai continuar assim até fins de abril. Nos Estados, a situação não é diferente, com raras exceções, como Pernambuco, onde ninguém se arrisca a enfrentar o velho Arraes. O que parece não haver dúvidas e a cada dia que passa fica mais claro, é que Fernando Lero Cardoso é mesmo o candidato da direitona.

No seu palanque vai ter malufista, o pessoal do PFL malvado de ACM, estudiosos da Sorbonne e Princeton, latifundiários, monopolistas privados, multinacionais, os setores mais reacionários da política nacional. Quando o povo olha esse palanque, cheio de doutores exploradores, não vai se enganar. Vai votar no Lula.

Resolução sobre eleições

▼ O Diretório Nacional do PCdoB aprovou no dia 20 de março a Resolução nº 1/94, que "Estabelece normas para a escolha dos candidatos e formação de coligações partidárias" para as eleições de outubro. A cópia desta resolução deve ser anexada à ata das Convenções Estaduais e enviada ao TRE

O Diretório Nacional do PCdoB, com base no artigo 7º, parágrafo único, da Lei 8.713/93, combinado com o art. 28, I, g) do Estatuto partidário, resolve:

Art. 1º - A Convenção Nacional destinada a deliberar sobre a escolha de candidatos a presidente, vice-presidente da República e coligação partidária, e as convenções regionais destinadas a deliberar sobre a escolha de candidatos a governador e vice-governador, senadores e suplentes, deputados federais, deputados estaduais, deputados distritais e coligação partidária, compostas na forma do art. 23, do Estatuto, obedecerão a legislação em vigor e as normas previstas nesta Resolução.

Da Convenção Nacional

Art. 2º - A Convenção Nacional será convocada pela Comissão Executiva Nacional, observadas as seguintes normas:

- I - publicação de edital na Imprensa Oficial com antecedência mínima de cinco dias;
- II - notificação pessoal, sempre que possível, daqueles que tenham direito a voto, no mesmo prazo;
- III - indicação do lugar, dia e hora da reunião, com a declaração da matéria incluída na pauta e objeto de deliberação.

Art. 3º - Constituem a Convenção Nacional:

- I - os membros do Diretório Nacional;
- II - os delegados eleitos pelas convenções regionais (art. 23, I, do Estatuto do PCdoB).

Da Convenção Regional

Art. 4º - A Convenção Regional será convocada pela Comissão Executiva, observadas as seguintes normas:

- I - publicação de edital na Imprensa Oficial com antecedência mínima de cinco dias;
- II - notificação pessoal, sempre que possível, daqueles que tenham direito a voto, no mesmo prazo;
- III - indicação do lugar, dia e hora da reunião, com a declaração da matéria incluída na pauta e objeto de deliberação.

Art. 5º - Constituem a Convenção Regional para a decisão sobre coligações e escolha dos candidatos:

- I - os membros do Diretório Regional;
- II - os delegados dos diretórios municipais (art. 23, II, do Estatuto do PCdoB).

Art. 6º - A Convenção Regional onde o PCdoB não possuir Diretório Regional será organizada e dirigida por Comissão Diretora Regional Provisória.

Parágrafo único - Na Convenção de que trata este artigo serão observadas as normas do artigo anterior e as seguintes:

- I - os membros do Diretório Regional serão substituídos pelos da Comissão Diretora Regional Provisória;
- II - aos delegados dos diretórios municipais existentes será acrescentado representante de cada Comissão Diretora Regional Provisória.

Art. 7º - As deliberações das convenções previstas nesta Resolução obedecerão as seguintes normas:

- a) - Quanto à coligação partidária, a) no início dos trabalhos, verificada a existência de quórum, o presidente fará a

leitura da decisão sobre coligação partidária tomada pelo Diretório Nacional ou Regional conforme o caso (art. 28, I, g) e II, h), do Estatuto do PCdoB) e a submeterá ao referendo da Convenção, por voto direto e secreto.

b) a decisão de coligação partidária apresentada pelo Diretório respectivo deve conter o nome dos partidos com os quais o PCdoB deve se coligar, o número de candidatos que o partido lançará quando se tratar de coligação proporcional, a que cargos lançará candidatos em caso de coligação majoritária, ou poderá delegar competência para a Comissão Executiva decidir e formalizar posteriormente coligação com outros partidos;

c) a decisão do Diretório será referendada por maioria simples dos convencionais.

II - Quanto à escolha dos candidatos:

a) após a deliberação sobre coligação partidária, o presidente fixará prazo, não inferior a uma hora, para registro das chapas de candidatos perante a Secretaria da Convenção;

b) será registrada a chapa que for indicada pelo Diretório Regional ou Comissão Diretora Regional Provisória (art. 28, II, i), do Estatuto), ou que for subscrita por vinte por cento dos convencionais.

c) após o registro das chapas, o presidente dará a palavra a pelo menos um representante de cada chapa para a defesa e encaminhamento da votação;

d) encerrado o período de discussão, o presidente dará início ao processo de votação, estabelecendo prazo de duração não inferior a uma hora;

e) o secretário fará a chamada nominal dos convencionais presentes para votação secreta;

f) ao término do prazo referido na alínea d), o presidente indagará se algum convencional presente ainda não votou e lhe garantirá o exercício do voto antes de encerrar a votação;

g) encerrada a votação, o presidente designará uma comissão escrutinadora composta por três convencionais para proceder à votação;

h) será aprovada a proposta que obtiver a maioria simples dos convencionais.

Parágrafo único - As convenções previstas nesta Resolução deliberam com a presença da maioria dos seus membros (art. 55 do Estatuto do PCdoB).

Art. 8º - Em caso de substituição de candidato que for considerado inelegível, falecer após término final de registro, que tiver seu registro indeferido ou cancelado, a escolha do substituto será feita pelo Diretório Nacional, no caso de candidato a presidente ou vice-presidente da República, e pelo Diretório Regional ou Comissão Diretora Regional Provisória, no caso de candidato a governador, vice-governador, senador, suplente de senador, deputado federal, deputado estadual ou deputado distrital.

Art. 9º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

João Amazonas
Presidente do Diretório Nacional do PCdoB

Justificativa

A Lei 8.713/93, que estabelece normas para a eleição de 3 de outubro de 1994, remete ao Estatuto do partido as normas para a escolha dos candidatos e para formação de coligações.

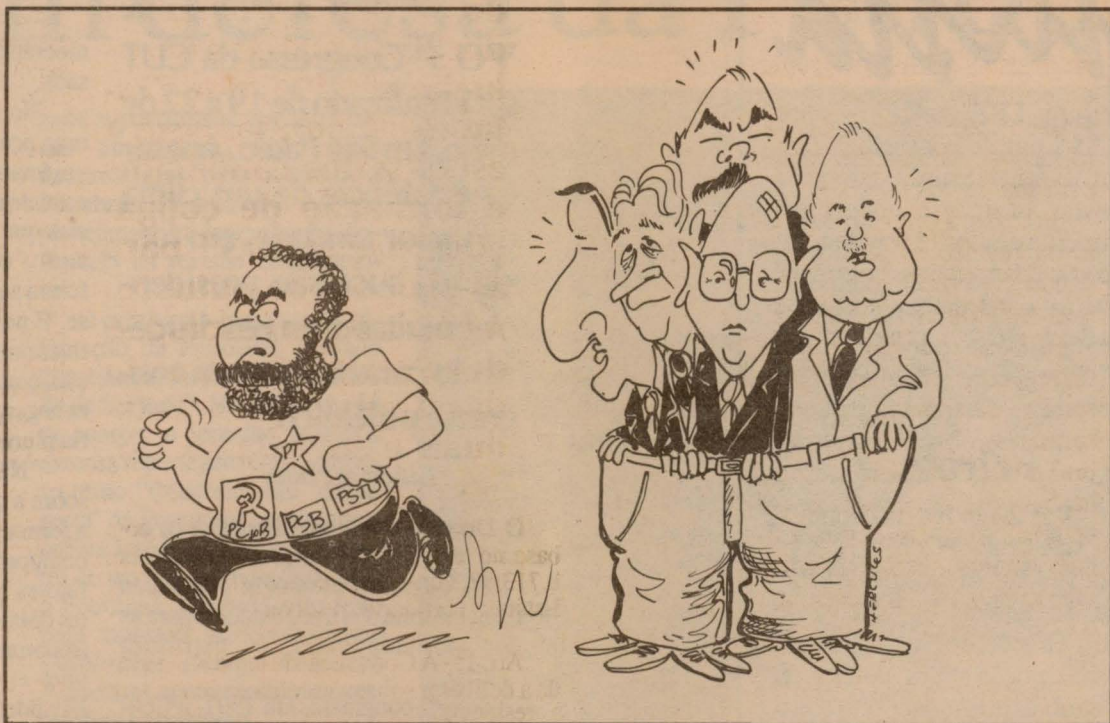
Tendo em vista que muitos estatutos partidários são omissos em relação a essa matéria, uma vez que era sempre disciplinada por lei específica para cada pleito, o parágrafo único do artigo 7º legitimou os órgãos de direção nacional para definição de normas que devem ser publicadas no Diário Oficial até 2 de abril de 1994.

A presente Resolução estabelece normas procedimentais para escolha de candidatos nas convenções do PCdoB. Disciplina prazos de editais de cinco dias, uma vez que no Estatuto são impraticáveis - noventa dias para a Convenção Nacional e trinta dias para a Convenção Regional. Relativamente às decisões sobre coligações partidárias, o Estatuto do partido atribui competência aos diretórios conforme sua jurisdição, por esta razão se propõe que sejam submetidas ao referendo das convenções. Quanto ao processo de escolha de candidatos e decisão sobre coligações, quase um rotativo cronológico para facilitar o trabalho dos dirigentes partidários.

Povo enfrenta elites na sucessão

▼ A sucessão presidencial toma contornos mais definidos. Maluf foi descartado e os esforços da elite se concentram em FHC. Organiza-se a frente popular, democrática e nacionalista em torno da candidatura Lula, com chances reais de vitória

Dilermando Toni



Uma Semana Santa quente. O sábado de Aleluia coincidiu com o prazo final de desincompatibilização para quem ocupava cargos executivos e pretendia se candidatar nas eleições de 3 de outubro próximo. E abalou a pachorra que normalmente toma conta dos meios políticos nesses feriados, obrigando a tornarem-se públicos lances importantes do jogo sucessório, que em boa medida se passavam nos bastidores.

Um Fernando Henrique Cardoso sorridente e falante deixando o ministério da Fazenda ocupou os principais espaços da mídia. Afinal, com Maluf sendo descartado e permanecendo na Prefeitura de

São Paulo, estava explícita a opção da elite brasileira em concentrar seus esforços nele, FHC, para tentar barrar a candidatura popular de Luiz Inácio Lula da Silva.

Dessa maneira, mesmo que ainda não totalmente definido - o prazo legal para a indicação de candidatos e coligações nas convenções partidárias expira-se em 31 de maio - o quadro sucessório está com suas principais componentes na mesa. Nos pólos principais estão Lula, que aparece com grande vantagem nas pesquisas, e FHC, empalmado projetos opostos para o Brasil e sustentados por forças sociais de distintos interesses. Por fora correm Orestes Quércia do PMDB

e Leonel Brizola do PDT, ainda numa fase de viabilização de suas candidaturas.

Frente popular avança. Na terça-feira, 6 de abril, teve lugar em Brasília uma reunião entre representantes do PT, PCdoB, PSB, PSTU, PCB e PPS (este na qualidade de observador) que significou um passo importante para a consolidação da frente popular, democrática e nacionalista que dará sustentação à candidatura Lula.

Lula prestigiou o encontro ao lado de figuras destacadas do PT como o senador Suplicy; pelo PSB compareceu Miguel Arraes, candidato ao governo de Pernambuco, acompanha-

do de diversos parlamentares do partido. O PCdoB esteve representado por Renato Rabelo, vice-presidente do partido, e pelos deputados Aldo Rebelo e Sérgio Miranda.

Foi aprovada a minuta de um manifesto da frente, que identifica as três grandes ameaças que pesam sobre o país - a desagregação do Brasil como nação soberana, os ataques permanentes à democracia e a exclusão social que afeta milhões de pessoas - e delinea a forma de superá-las. Essas mazelas, frutos da dominação das elites, devem ser enfrentadas por um governo democrático e popular cujos eixos centrais sejam a defesa da nação soberana, o aprofundamento da de-

mocracia e o combate ao caos social.

A frente que vai se formando em torno da candidatura de Lula destaca com ênfase as questões nacionais e os anseios dos trabalhadores por mais liberdade e melhores condições de vida, o que lhe confere um caráter altamente progressista e um grande potencial capaz de aglutinar amplos setores sociais que sofrem as consequências da aplicação do projeto neoliberal no país.

Decidiu-se também que no próximo dia 21, em Ouro Preto, Minas Gerais, será feito o lançamento da frente que apoiará a candidatura de Lula. O dia e o local foram escolhidos em função da identidade de propósitos e como uma homenagem à Inconfidência Mineira de Tiradentes, que se rebelou contra a espoliação portuguesa há mais de 200 anos. Estão convidadas mais de 300 pessoas, entre políticos, artistas, intelectuais, desportistas e militares nacionalistas de todo o Brasil.

Abordou-se ainda a questão do nome do companheiro de chapa de Lula, optando-se por esperar mais e trabalhar pela ampliação da frente envidando esforços no sentido de tentar convencer o PDT da necessidade de concentrar forças para derrotar as elites, mesmo considerando-se os ataques injustificados que Brizola tem feito à candidatura de Lula.

Pai, afasta de mim esse cálice

A candidatura de FHC configura-se como um coquetel de neoliberalismo que mistura a alta burguesia do Sudeste e a oligarquia nordestina, preparado com todo o carinho pelo imperialismo. Une a cúpula do PSDB com o fisiológico e reacionário PFL e de Antônio Carlos Magalhães e nada tem de estranho, pois, de há muito, a cúpula tucana decidiu abandonar sua tradicional postura murista e aderir de malas e bagagens aos postulados do neoliberalismo.

O programa desse arranjo do centro direita com a direita pretende dar continuidade às bandeiras defendidas por esses partidos desde que Collor assumiu o poder, passando por Itamar e a revisão constitucional: quebra dos monopólios estatais, abertura comercial completa, arrocho salarial como forma de combater a inflação, reforma do sistema eleitoral com voto distrital e a cláusula de barreira, maiores facilidades para o capital estrangeiro, etc, etc. Segundo ACM, esses interesses gerais se sobrepõem a quaisquer dificuldades políticas regionais.

A escolha do vice de FHC recaiu sobre o deputado Luiz Eduardo Magalhães, filho de ACM. Com isso, consolidou-se o apoio de Roberto Marinho, sócio e velho aliado de ACM, que já colocou todo o arsenal Global a serviço de FHC.

FHC sai do ministério deixan-

do a inflação no patamar dos 45% e dirige-se ao Congresso para, como senador, "tomar a frente da revisão ao lado do deputado Néelson Jobim", segundo suas próprias palavras. Para seu lugar foi escolhido Rubens Ricupero, ex-embaixador em Washington, homem de confiança do imperialismo, que no

discurso de posse jurou fidelidade ao programa de estabilização imposto pelo FMI.

É sintomático que, no momento da escolha de FHC para representar a elite na eleição de 3 de outubro, tenham "visitado" o Brasil tantos representantes do imperialismo. Aqui estiveram Al Gore,

vice-presidente dos EUA, o comandante das tropas norte-americanas no Panamá, Margaret Thatcher e vários outros. De uma ou outra forma, todos deram aval à articulação FHC.

Pedras no caminho. Se há um mês, quando se especulava com a

aliança do PSDB com o PFL, já se esboçavam algumas resistências dentro do PSDB, agora, quando os dois resolveram se juntar de fato, criou-se um movimento de "repúdio e protesto" que abarca dezenas de diretórios municipais e estaduais do PSDB, liderado por prefeitos, deputados federais e estaduais.

O desagradou natural desta resistência democrática das bases do PSDB a candidatura Lula. Prevendo isto, FHC desferiu

um golpe traiçoeiro contra seu próprio partido. Adiou o Congresso dos tucanos, que aconteceria em 17 de abril, para 22 de maio com a finalidade de apresentar a coligação com o PFL como fato consumado e dessa forma neutralizar os descontentes.

De outra parte, pelo que a vida vai demonstrando, a ofensiva que FHC pretende fazer junto ao Congresso Revisor parece destinada ao fracasso.

De qualquer forma, não se pode negar que a candidatura de FHC tem ganhado alguns reforços, sempre pelo lado das forças conservadoras. É o caso da manobra do senador José Sarney, em prol das prévias do PMDB. Sarney declarou que se não fosse o vencedor da consulta apoiaria FHC. Ficaram logo claras suas intenções de procurar um "caminho aceitável" para ir ao encontro de FHC.

Todos os fatos mostram que se avizinha mais uma grande batalha. De um lado as elites, falidas e falsamente modernas, defendendo o projeto neoliberal de dependência nacional e sacrifícios para o povo, em torno da candidatura de FHC. De outro, o projeto nacionalista, democrático e popular, dos trabalhadores das cidades e do campo, dos setores médios da sociedade, que não sustentam a candidatura de FHC. Esta candidatura tem chances reais de vitória e poderá abrir uma nova perspectiva para o povo brasileiro.

FHC, bonitinho mas ...

Em entrevista à Folha de S. Paulo, no dia 2 de abril, FHC, para justificar seu casamento com o PFL, abriu baterias contra o PCdoB. Segundo ele também as alianças do PT estariam vulneráveis pois o PCdoB é "um partido atrasadíssimo que defende a ditadura".

Desde 1922 quando foi fundado, sem interrupções e da maneira mais consequente, o Partido Comunista do Brasil tem se postado nas primeiras fileiras da luta democrática. Assim foi no tempo da ditadura do Estado Novo de Vargas; assim foi durante a ditadura militar de 64. Nenhum partido foi mais perseguido que o PCdoB, nenhum partido foi obrigado tanto tempo à clandestinidade, nenhum partido ofereceu tantos mártires em prol da democracia no Brasil. Nas condições mais difíceis foram os comunistas que empunharam com mais vigor o brado de "Abaixo a ditadura". Alguém seria capaz de contestar esses fatos?

Papel deplorável faz FHC. Lança-se aos braços daqueles que o perseguiram e ataca os que negam-se a trair seu passado de lutas. Foi o PCdoB, sr. FHC, e não ACM, a Fiesp ou a Febraban, que, ao lado de outras forças, levantou a bandeira da anistia ampla, geral e irrestrita, que trouxe a liberdade para milhares de perseguidos, inclusive para o sr. próprio.

Foi o PCdoB que propôs o Fora Collor, à época em que FHC lutava por um lugar no ministério collorido. Ao contrário de FHC, que disse que se poderia rasgar tudo aquilo que ele havia escrito, o PCdoB se posta ao lado das forças democráticas na atual batalha sucessória. Mantém sua coerência e, na frente progressista, joga um importante papel. Para dividir, FHC ataca o PCdoB.

Quanto a Gilberto Dimenstein, que sucessivamente tem feito coro com FHC contra o PCdoB em sua coluna na Folha de S. Paulo, deveria tomar uma atitude menos servil diante de seu guru. Diz que "não foram poucas as horas de minha vida que gastei lendo artigos e entrevistas de dirigentes do PSDB" (FSP, 7/4). Seria melhor que ele empregasse seu tempo em conhecer a história antes de escrever bobagens.

BANCADA Comunista

É dos melhores

O Comitê de Imprensa da Assembléia Legislativa do Ceará elegeu o deputado estadual Inácio Arruda (PCdoB) um dos melhores de 1993. Nos três anos de mandato, dos 7.275 requerimentos apreciados pela Assembléia, 902 foram apresentados por Inácio. Dos 468 projetos de lei analisados, 51 eram dele, que também solicitou em 93 a realização de 36 sessões especiais, audiências públicas e debates com deputados e a sociedade civil.

Ainda sobre Inácio, a Assembléia aprovou requerimento dele cumprimentando o PCdoB pelos 72 anos de fundação.

Quadrilha presa

Resultado de uma denúncia feita em 1991 pelo deputado estadual Jamil Murad (PCdoB) estão presos três ex-dirigentes da LBA-SP que roubaram a instituição. Jamil denunciou a quadrilha ao Ministério Público e à Polícia Federal em São Paulo. O chefe era o superintendente Herculino Alcântara, que se apresentava como primo de Rosane Collor. Dois assessores dele também integravam o bando. Depois de três anos que os processos estavam na Justiça houve julgamento e foi decretada prisão dos três. Herculino

Julgamento de matador no Pará

O soldado José Ubiratan Matos Ubirajara, um dos acusados da morte dos irmãos sindicalistas rurais José e Paulo Canuto, em 1990 em Rio Maria, vai ser julgado dia 29 de abril em Belém. O outro acusado, sargento Edson Matos, fugiu das dependências de um quartel da Polícia Militar onde estava preso. O deputado estadual Neuton Miranda (PCdoB) requereu à Assembléia Legislativa do Pará que peça ao Comando Geral da Polícia Militar do Estado esclarecimentos sobre a situação funcional de Edson Matos. Neuton quer saber se ele ainda mantém vínculos empregatícios com a PM, em que circunstâncias fugiu e que providências a polícia tomou para capturá-lo. O deputado pediu ao governo do Estado informações sobre o processo de concessão de pensões às viúvas dos dirigentes sindicais mortos.

Neuton Miranda também propôs à Assembléia Legislativa do Pará a realização de um plebiscito em Curionópolis para que a população decida se o nome da cidade deve ser mudado. Neuton atende a um abaixo-assinado de moradores da cidade, cujo nome é uma homenagem

lesou a LBA em pelo menos US\$ 1 milhão por meio de licitações fraudulentas, compras de cestas básicas e cobertores superfaturados e credenciamento de empresas fantasmas. Ele foi condenado a 8 anos de cadeia. Dois empresários envolvidos no escândalo estão foragidos

Petrobrás

Por iniciativa da deputada Jussara Cony (PCdoB), os líderes partidários (exceto o do PPR) na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul assinaram uma moção "Em defesa da Petrobrás e do monopólio constitucional do petróleo", manifestando "veemente repúdio à campanha orquestrada, maciça, tendenciosa e torpe, movida por alguns segmentos da mídia, contra a Petrobrás e seus trabalhadores". Além dos líderes do PMDB, PT, PDT, PCdoB, PFL, PTB e PSB, assinaram também os líderes do governo e o presidente da Assembléia, deputado Renan Kurtz. O documento foi enviado a Brasília.

A Câmara Municipal de Santa Maria (RS) também aprovou moção "Pela manutenção do monopólio estatal do petróleo", encabeçada pela bancada do PMDB, assinada pela vereadora Maria Gessi (PCdoB) e por vereadores do PTB, PT, PDT e PPR.

gem ao tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido na política brasileira como Major Curio. Ele sempre agiu de modo violento e autoritário, por exemplo, na Guerrilha do Araguaia, no garimpo de Serra Pelada e na perseguição aos padres Aristides Camio e François Gouriou. A trajetória de Curio fez com que a Câmara Municipal de Marabá retirasse dele o título de "Cidadão Marabaense" anteriormente concedido. A própria Câmara de Curionópolis o considerou "persona non grata" na cidade. Recentemente Curio foi acusado de ter matado um menor e provocado lesões corporais em outro.

Neuton pediu ainda à Assembléia a convocação de uma sessão especial para debater a proposta de criação dos estados de Carajás e Tapajós. A intenção é levantar dados técnicos e científicos sobre as consequências, para a população e a economia paraense, da possível criação de novos estados. A tese separatista aponta a divisão como remédio para os problemas sociais das regiões. Neuton pergunta: a criação desses estados vai realmente resolver o problema?

CUT, pra que te quero?

▼O 5º Congresso da CUT será realizado de 19 a 22 de maio, em São Paulo. Apesar da existência de um clima de maior unidade, em função da sucessão presidencial, muitas divergências deverão caracterizar um congresso polêmico

Guimar Prates

Quatro pontos deverão esquentar os debates no 5º ConCUT: balanço das atividades desde o 4º Congresso, estratégia política da central, plataforma dos trabalhadores para as eleições presidenciais e estrutura organizativa.

Desde o 4º congresso, em 1991, a Central Única dos Trabalhadores vem seguindo caminhos que não são consensuais entre as diversas forças que dela participam. O rumo adotado pela Central deverá ser o primeiro ponto polêmico a ser enfrentado pelos cerca de três mil delegados que participarão do encontro. Com exceção da Articulação, corrente majoritária na CUT, as demais apresentam duras críticas à postura da entidade, avaliam que a central ficou paralisada e sem dar respostas mais eficazes à ofensiva neoliberal. Acentuam que a CUT vive a mais grave crise de sua história. Além disso há um pesado ataque dos setores conservadores à central. A proposta da instalação da CPI da CUT no Congresso Nacional é uma prova disso.

Segundo o coordenador da Corrente Sindical Classista, Nivaldo Santana, para que a CUT avance e se firme definitivamente como a central mais combativa e que melhor representa os trabalhadores, dois pontos são principais e precisam ser enfrentados no 5º conCUT: a democracia interna e a definição da estratégia da central.

Para garantir que as divergências sejam tratadas de maneira democrática, a direção da CUT tomou algumas decisões. Entre elas, que os delegados ao 5º ConCUT serão eleitos nas assembleias de cada categoria e não mais nos congressos estaduais. Também apresentou uma tese unificada ao invés da tese-guia, apresentada nos outros congressos.

Já no processo de preparação do Congresso, a Articulação propõe uma chapa unitária. Aparentemente uma proposta mais de-

mocrática, mas que merece ser melhor analisada.

No 4º Congresso a Articulação adotou uma postura de rolo compressor e o que se viu foram cenas de exclusivismo, truculência e ameaças de racha na Central. As divergências que causaram tamanha fúria na Articulação, apesar de sua franca maioria, não foram superadas. Pelo contrário, agravaram-se. E nem sempre as correntes minoritárias tiveram suas opiniões levadas em consideração, com a Articulação adotando uma postura hegemônica, que perde de vista a necessária pluralidade da central.

"Não temos ainda uma posição fechada sobre a chapa única. Que pontos norteariam a formação de uma chapa única? Creio que a composição dessa chapa depende de alguns fatores básicos: a consideração das diferentes opiniões sobre as questões sindicais mais importantes, do momento político que o país vive e da correlação de forças", afirma Nivaldo Santana.

Polarização. A tendência é que a polarização entre duas candidaturas à Presidência da República, uma de esquerda e outra de direita, facilite o debate e a chapa única. Mas, por outro lado, estará a Articulação disposta a abrir mão de sua postura hegemônica? Uma chapa única não significaria a concordância de outras forças com a atual política dessa corrente? Com a chapa única será possível demonstrar que não há concordância unânime com a social-democratização da CUT? São questões que só no decorrer do Congresso ficarão respondidas. Mas já é possível identificar algumas pistas.

Apesar de defender a chapa única no Congresso, em muitos estados a postura da Articulação tem sido completamente diferente, fazendo questão de bater chapa e impedir que delegados de outras correntes sejam eleitos. Por outro lado, até hoje não se conhece a relação das entidades quites com a tesouraria da entidade, ou seja, não se sabe quem está apto a votar no Congresso. É o mesmo que participar de uma eleição sem ter acesso à relação de eleitores. "Acredito que esse problema vai ser superado em breve, deve ser apenas uma dificuldade organizativa", diz Nivaldo Santana.

Sobre os rumos que a central deverá adotar daqui pra frente, também não há consenso. Segundo os documentos da Articulação não há muito o que mudar. A avaliação dos últimos anos é extremamente positiva. A CUT passou a interferir nas chamadas "políticas institucionais", ficou mais orgânica e se consolidou como central de caráter sindical. A corrente defende a manutenção da linha aprovada no congresso anterior, explicitada na tese do "desenvolvimento econômico com distribuição de riquezas. Um dos principais teóricos da Articulação, José Olívio de Oliveira, em entrevista à revista *Debate Sindical* afirma: "Não adianta mais discutir se o sindicalismo deve ser de confronto ou de negociação, se deve reforçar a defesa do socialismo ou as lutas imediatas...". Ele nem mesmo inclui a discussão da estratégia da CUT como prioridade. Diz que o mais importante é o debate sobre a estrutura organizativa da entidade e as eleições desse ano. "Algumas correntes falam que a CUT precisa voltar à pureza do passado. Não percebem que o mundo mudou, que a conjuntura é outra. O importante é ter os olhos no futuro". (Vocês já ouviram esse discurso em algum lugar?)

Sérgio Barroso pensa diferente: "Sem alterar sua linha política, a CUT continuará patinando. A estratégia do tal sindicalismo propositivo desarma a central. A CUT precisa voltar para os grandes problemas políticos da nação, definindo uma linha clara de atuação, defendendo a estrutura com o capitalismo e reforçando a perspectiva socialista".



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Em defesa da Petrobrás

▼ **Olíder do PCdoB na Câmara dos Deputados, Haroldo Lima (PCdoB-3A), fez um pronunciamento no dia 30 de março, em defesa do monopólio estatal do petróleo e da Petrobrás. Segue abaixo os principais trechos desse discurso:**

Uma trama diabólica vai sendo urdida em nosso país, paciente e resolutamente, com o objetivo pífido de golpear o monopólio estatal do petróleo e a Petrobrás. Desse complô sinistro fazem parte grandes empresas estrangeiras, notadamente do setor de petróleo, conluídas com magnatas brasileiros, do tipo vende-Pátria. Essas multinacionais e os vendilhões da Pátria há tempos planejam o assalto à Petrobrás e agora, através desta ilegal revisão constitucional, preparam-se para dar o bote fatal. Antes, contudo, tratam de preparar a consciência dos brasileiros para que os assaltantes do maior patrimônio empresarial do país sejam vistos como elementos magnânimos, que fariam o sacrifício de ficar com uma estatal cheia de problemas, atrasada, quase à falência, para que o Brasil e o seu povo não continuem subdesenvolvidos mas, ao contrário, cheguem, pelos caminhos da modernidade, ao convívio tão honroso e desejado com os saudáveis irmãos do Primeiro Mundo.

Na ânsia de atingir seus objetivos, as multinacionais do petróleo e os vendilhões da Pátria não apresentam qualquer escrúpulo, seja em corromper, em sabotar, em infringir a lei e sobretudo em mentir, o que fazem da forma mais desavergonhada possível.

Campanha Mentirosa. Nas últimas semanas o jornal "O Estado de S. Paulo" e a revista "Veja", dois órgãos conhecidos pelo mais deslavado entreguismo que defendem, especialmente quando suas burras estão repletas de dólares, puseram-se na linha de frente da campanha para caluniar e desacreditar a Petrobrás. Desta vez não tiveram pejo em forjar uma auditoria inexistente, reali-

zada supostamente por uma firma americana, tudo para desprestigiar pela mentira a Petrobrás, no momento em que planejam atacá-la no campo chafurdado da revisão constitucional.

O primeiro a lançar-se na difamação da Petrobrás, apoiado em relatório forjado, foi "O Estado de S. Paulo". No último dia 19 de março, o jornalão publicou extensa reportagem com pomposo título "Relatório abre 'caixa-preta' da Petrobrás", onde o jornalista José Casado reproduz partes de um suposto relatório sobre a Petrobrás, que teria sido feito pela empresa norte-americana *Cambridge Energy Research Associates*, apresentada como respeitável e renomada.

Onze dias após, a revista "Veja" publica reportagem de dez páginas, intitulada "A Petrobrás com medo da concorrência", onde o mesmo suposto relatório da empresa norte-americana volta a ser citado abundantemente. O objetivo é um só: desmoralizar a Petrobrás, mostrá-la como uma empresa ineficiente, perdida na busca de um petróleo que não consegue encontrar, anacrônica, de baixa produtividade e onerosa aos cofres públicos.

O relatório suposto é referido nas duas matérias como resultado de uma auditoria que teria sido feita na estatal brasileira pela dita empresa americana.

A pusilanidade dos dois órgãos da grande imprensa aparece com toda robustez, mostrando como os dois estão vendidos a inimigos do Brasil, quando a própria empresa americana, ante a utilização indevida do seu nome, toma a iniciativa de escrever à direção da Petrobrás carta datada de 24 de março de 1994 onde se lê:

1- Confirmamos que as afirmações e dados apresentados no artigo *Relatório abre caixa-preta da Petrobrás* não se baseiam em estudos efetuados por nós ou por nossa firma.

2- Confirmamos, ainda, que as afirmações e dados foram erroneamente atribuídos à nossa firma.

3- Estamos profundamente preocupados em saber que tais afirmações e dados foram erroneamente a nós atribuídos.

Fica assim patenteado que o jornal "O Estado de S. Paulo" e a revista "Veja" praticaram crimes de falsidade ideológica, falsificando documentos, citando fontes inexistente, mentindo desca-



Pilhas de correspondência foram parar no lixo da Câmara dos Deputados

radamente, para ludibriar o povo brasileiro a respeito da situação de sua maior e mais bem sucedida estatal. O desmentido da *Cambridge Energy Research Associates* mostra quão sujos são os métodos que estão por trás da campanha contra os monopólios estatais do petróleo e das telecomunicações. Desnuda a falsa respeitabilidade que aparentam ter o "Estado" e "Veja", praticantes de expedientes tão escusos quanto o de estampar em suas páginas um relatório falso que, além do mais, serve a interesses de traição nacional.

Garantia de controle. O monopólio estatal do petróleo e a existência de uma empresa nacional de porte são a única forma de garantir que o controle das decisões e ações do setor do petróleo no Brasil esteja de acordo com os interesses nacionais. As reservas de petróleo já descobertas no Brasil, pela Petrobrás, superam isoladamente as reservas delimitadas de qualquer multinacional e isto é propositadamente omitido pelos defensores da quebra do monopólio estatal do petróleo. Ao contrário, procuram vender a idéia de que nada possuímos e que as multinacionais do petróleo são senhoras absolutas do setor petrolífero no mundo. A realidade, porém, é inteiramente diferente.

É sabido que as 22 maiores empresas privadas de petróleo do mundo só têm 4.5% das reservas mundiais desse produto, enquanto as 28 maiores estatais dominam 83% das reservas mundiais. As empresas privadas só têm petróleo para mais cinco anos, respeitados os atuais níveis de pro-

dução, e esse é o grande problema que está a levar estas multinacionais ao desespero. Elas precisam se apropriar das reservas que hoje estão sob domínio das empresas estatais para garantir sua sobrevivência. E é por isto que estão a investir pesado para que no Brasil seja quebrado o monopólio estatal do petróleo.

A cobiça estrangeira volta-se para o valioso patrimônio industrial da Petrobrás e suas reservas de petróleo e gás. Um patrimônio industrial que supera US\$ 50 bilhões, não incluídas as reservas de petróleo e de gás descobertos, que já chegam a 10 bilhões de barris e poderão atingir 30 bilhões. E em reservas de óleo e gás o patrimônio da Petrobrás é igualmente extraordinário: são 10 bilhões de barris descobertos que valem - ao serem produzidos - US\$ 150 bilhões; 30 bilhões de barris potenciais, cujo valor atingirá a fantástica soma de US\$ 450 bilhões.

A Petrobrás fatura US\$ 17 bilhões e paga mais de US\$ 5 bilhões de impostos, taxas e royalties anualmente. A economia de divisas proporcionada pela estatal brasileira já superou US\$ 180 bilhões. Não é por outra razão que a Petrobrás é hoje a 15ª empresa mundial de petróleo e situa-se como a 89ª companhia (a única brasileira) no "ranking" das 500 maiores corporações industriais do mundo, conforme atesta a revista "Fortune".

Cientes da rejeição popular às propostas de privatização da Petrobrás e da quebra do monopólio do petróleo no Brasil os grupos econômicos que cobiçam a exploração desse lucrativo e estratégico ramo econômico em nosso país mudaram recentemente de tática. Já não falam tanto em quebrar o monopólio estatal do petróleo. Ele deve ser mantido, dizem eles. A Petrobrás, passaram a dizer, é uma empresa eficiente e, por ser eficiente, não precisa da proteção do monopólio e não deve temer a competição, pois isso beneficiaria o consumidor brasileiro. Assim, esses grupos passaram a defender que empresas privadas, nacionais e estrangeiras, possam vir a atuar no setor petrolífero brasileiro, em regime de concessão. Segundo a reportagem de "Veja", o relatório a ser apresentado nos próximos

dias pelo deputado Nelson Jobim deverá adotar esta nova tática e disporá que o monopólio do petróleo será da União e que ela poderá entregar tarefas a empresas variadas através de concessão.

As empresas concessionárias que passariam a atuar no Brasil seriam as empresas internacionais de grande porte. Aqui, atuariam nos moldes do que já fazem em outros países e, de posse de novas reservas, aumentariam a produção para atender às necessidades dos países desenvolvidos.

No mesmo rumo das reportagens de "O Estado de S. Paulo" e de "Veja", o poderoso lobby que defende a quebra do monopólio estatal das telecomunicações passou a exibir nas redes de televisão do país uma peça publicitária despidamente facciosa. A referida publicidade mostra uma pequena cidade interiorana do Brasil e afirma que ali não existe telefone. Em seguida surgem as imagens de uma família, nesta mesma cidade, assistindo um programa de televisão. O locutor então pergunta com ironia: se a televisão fosse estatal será que esta família estaria assistindo esse programa agora? A perfídia é evidente. No Brasil os sinais de televisão ou de rádio só chegam a qualquer cidade brasileira via Embratel e as redes de TV, como a Globo, pagam irrisória quantia para veicular esses sinais, deixando o grosso do custo da manutenção das telecomunicações no Brasil nas mãos do Estado, sustentado pelos pobres consumidores do país. Nessa empreitada vende-Pátria, que quer liquidar com os monopólios estatais no Brasil, os grupos econômicos nacionais e, principalmente, estrangeiros, contam com o beneplácito do Ministério da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso e da equipe econômica que ele foi buscar nas assessorias ou diretorias dos principais grupos financeiros e industriais do país.

Os monopólios do petróleo e das telecomunicações são peças chave para a preservação da soberania nacional e não será uma revisão constitucional espúria e golpista, defendida com truques de auditorias, a manipulação de dados e informações que irá derrubá-los.

Desvio de correspondência no Congresso

O deputado federal Haroldo Lima (Líder do PCdoB) também denunciou no dia 5 de abril sobre ter sido desviado para o lixo uma série de correspondências destinadas aos parlamentares pela Petrobrás e outras estatais. Segue abaixo trechos do discurso:

"A Petrobrás e diversos setores sindicais ligados à ela, Telebrás e outras empresas, têm encaminhado diversas correspondências a deputados e senadores, com o objetivo de alertá-

los, apresentar dados e solicitações, sugerindo que nos posicionemos de determinada maneira. Esse processo democrático existe em nosso país há muito tempo.

Há poucos instantes, porém, fui chamado por diversas pessoas vinculadas aos gabinetes e à Petrobrás. Eles descobriram no lixo principal no Anexo IV, em frente à sala 43, uma pilha de correspondências emitidas por diversas entidades ligadas à Petrobrás. Essas correspondências foram enviadas por diversas

entidades ligadas à Petrobrás, aos deputados, mas sistematicamente são jogadas no lixo e não levadas ao conhecimento dos deputados.

Paradoxal ou coincidentemente, a maior das correspondências são em defesa do monopólio estatal do petróleo. As que eu trouxe aqui não são diretamente vinculadas à defesa da Petrobrás, mas a certas entidades.

Solicito providências no sentido de constatar, primeiro, se é verdade o que estou suspeitando".

JOSÉ FANTINE

▼ Nesta entrevista à Classe, o superintendente de Planejamento da Petrobrás classifica de "armadilha", "volta ao colonialismo" e "ameaça à nossa soberania" o projeto do deputado Alberto Goldman, que abre concessões de exploração de petróleo a empresas estrangeiras. José Fantine explica também por que o fim do monopólio da Petrobrás é uma questão de sobrevivência para as empresas estrangeiras e de manutenção do poder para os países mais ricos. Ele diz ainda que a Petrobrás não se intimida com a acusação de corporativismo. "Nossos técnicos todo dia têm a obrigação de informar à sociedade sobre a Petrobrás para que não prevaleça o lobby da enganação", afirma. Por fim, garante que a Petrobrás entrou firme na briga contra as campanhas mentirosas.

Por Andrea Penna

Classe - A Petrobrás pode ser considerada eficiente dentro dos padrões internacionais?

Fantine - Pode. No país, está em primeiro lugar entre as distribuidoras por meio da BR, sua tecnologia é premiada e reconhecida em todo o mundo. Participamos de projetos internacionais, isoladamente ou em parceria, sempre coordenados por técnicos brasileiros. Isso é demonstração de eficiência. Estamos bem de acordo com parâmetros internacionais. Atuamos em todo

o processo, desde pesquisa até exploração, refino, transporte, distribuição. E ainda conseguimos manter um preço competitivo. O custo do refino é menor que nos Estados Unidos. O custo do petróleo é maior porque no Brasil ele está no mar, mas na média seu custo ainda é menor que no exterior. De qualquer forma, são custos decrescentes.

São dados que nos permitem afirmar que a Petrobrás é eficiente e a tendência é ficar mais eficiente ainda. Do ponto de vista real de resultados, a empresa tem um custo de refino US\$ 4 a US\$ 6 menor e se fazemos isso é porque somos melhores. Isso tudo sem precisar receber nenhum dinheiro do governo. A Petrobrás investiu nesses 40 anos de existência cerca de US\$ 80 bi-

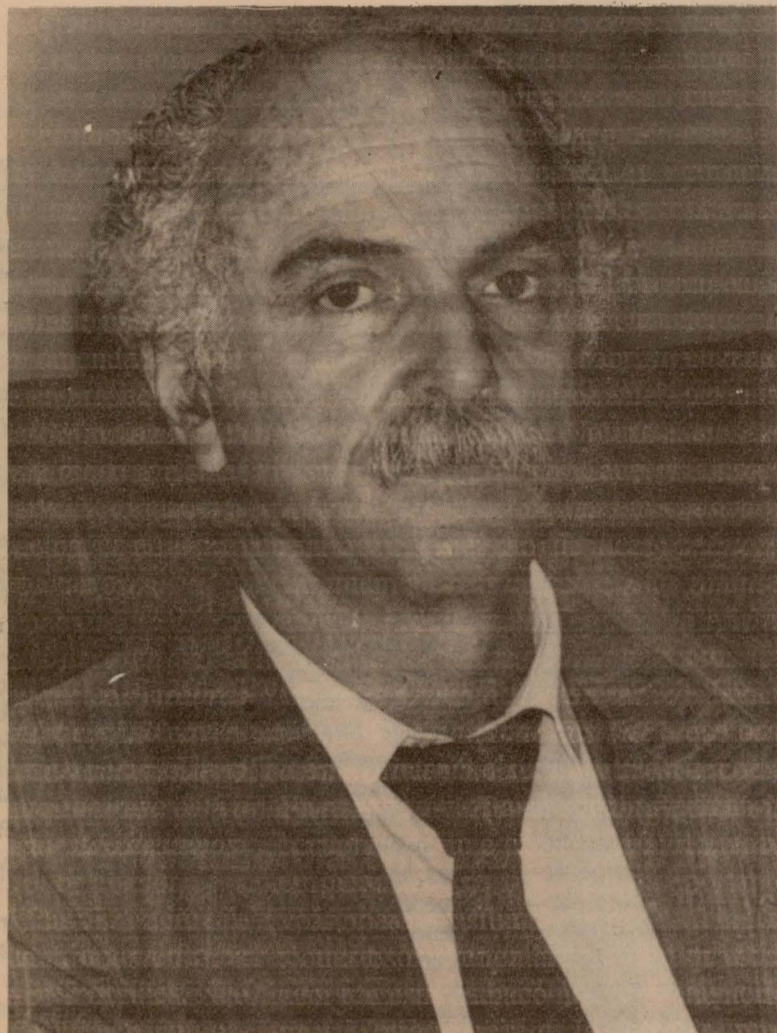
lhões, sendo que US\$ 70 bilhões foram gerados na própria atividade. Nesses 40 anos, a soma de investimento de todas as empresas estrangeiras no país chegou a apenas US\$ 72 bilhões.

Classe - Por que há um lobby estrangeiro tão grande para acabar com o monopólio estatal do petróleo?

Fantine - Daniel Yergin, consultor estrangeiro que patrocina os estudos publicados no jornal "O estado de S. Paulo", disse claramente o motivo: faltam reservas a esses países e do ponto de vista comercial há um mercado de US\$ 18 bilhões que não está nas mãos dessas empresas estrangeiras. Representa 18% do mercado da maior multinacional, iguala-se com as multinacionais seguintes e ultrapassa várias outras. Mas o interesse não é só das grandes companhias, mas dos países. As reservas descobertas no Brasil são superiores às reservas cubadas da maior multinacional. Estrategicamente existe o interesse da posse.

Classe - O petróleo ainda é estratégico? Existe grande oferta no mercado internacional?

Fantine - Essa informação só existe no lobby. Pode ser que na China e na Rússia haja mais petróleo a descobrir, mas a lógica geográfica é real. O petróleo está acabando e é di-



JAYNO MACHADO

sobrevivência.

Classe - As grandes companhias estrangeiras de petróleo têm interesse em explorar o Brasil?

Fantine - Têm, caso haja concessão, mas de áreas já descobertas. O problema é que não temos nenhum campo de petróleo parado. Todos têm projetos em andamento. A Petrobrás teria de sair de algum lugar para cedê-lo à empresa concessionária. Eles querem a produção e não a pesquisa. Na época do Contrato de Risco - em que as empresas estrangeiras podiam explorar petróleo nas áreas descobertas através de pesquisas próprias - elas investiram, em 13 anos, US\$ 1 bilhão, enquanto no mesmo período a Petrobrás investiu US\$ 10 bilhões. Só que elas não tiraram uma só gota de petróleo. Como hoje então essas empresas não querem investir pesado em pesquisas, e não dá para a Petrobrás ceder o lugar dos campos já descobertos, poderíamos viver uma situação de queda no ritmo de descoberta de novos poços.

Outro dado importante é que na época do Contrato de Risco explorávamos no país 10% da demanda, enquanto hoje garantimos 55% e podemos chegar a 75%. Hoje temos superávit na balança de pagamentos, somos líder na produção de petróleo no mar,

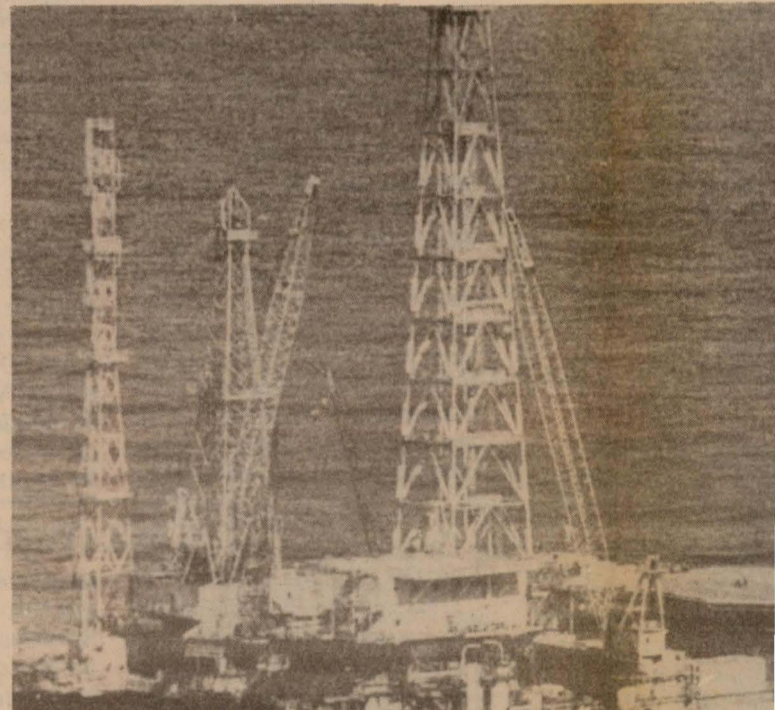
é difícil que nos próximos 30 anos se descubra alguma fonte que o substitua completamente. Mesmo que se descubra mais uma jazida de 10 bilhões de barris. E daí? É o que se gasta em um ano.

Classe - O deputado Alberto Goldman está apresentando um projeto em que o governo manteria o monopólio mas abriria concessões. Não se sabe se essas concessões seriam na área de exploração ou refino. Como o sr. analisa o projeto?

Fantine - É uma grande armadilha. Veja só: concessão é um retorno à época colonial. A não ser que fôssemos um país muito rico e poderoso. Os Estados Unidos permitem concessão, mas eles são ricos e se quiserem tomar essas concessões, podem fazê-lo, têm poder para isso, seja poder político, seja militar. País pobre que dá concessão perde soberania. Quem tem poder militar e político pode dar concessão. Quem não tem esse poder tem que segurar o petróleo que possui. No Brasil, inclusive, não há nenhuma legislação contra oligopólios. Mesmo que houvesse, as coisas não seriam tão fáceis.

Vários países produtores de petróleo tiveram de esperar, pacientemente, 30, 40 anos de prazo de concessão a empresas estrangeiras, em geral americanas, que eram as que tinham tecnologia. Outros países recuperaram o domínio sobre seu petróleo através de

revoluções ou, caso do Brasil, de grandes mobilizações da sociedade. O fato é que não há nenhuma condição política, militar e estratégica de manter concessão, porque não teríamos controle. Além do mais, se dividirmos as reservas do país com outras empresas estaremos condenando a Petrobrás ao desaparecimento em dez anos, já que a produção brasileira, hoje, nos garante por 20 anos. Aliás, a pressão de companhias estrangeiras é exatamente porque para elas é uma questão de



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

temos reservas, temos tecnologia e exportamos essa tecnologia. Hoje há essa briga toda pelo petróleo. Daqui a cinco ou sete anos haverá nova crise.

Classe - *Como foi a privatização da companhia de petróleo argentina e qual é a experiência nos países que mantiveram o monopólio?*

Fantine - A Argentina privatizou tudo. Na área de petróleo eles vão ter dificuldades. Já não estão tendo grandes investimentos e, como não têm tecnologia, ficarão cada vez mais dependentes das multinacionais. Os próprios argentinos reconhecem que diminuíram os investimentos, ao contrário do que esperavam. Eles estão exportando petróleo, mas isso é ruim para a Argentina. A Venezuela e o México conseguiram manter o monopólio. Ambos admitem parcerias marginais em projetos específicos, mas trabalham com investimentos crescentes.

Classe - *Foi noticiado que uma auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União teria descoberto uma "caixa preta" na Petrobrás e que a empresa mantém relações irregulares com os estaleiros. O que o sr. diz sobre isso?*

Fantine - A Petrobrás não tem irregularidades. Pode cometer erros, mas não manter irregularidades e a auditoria

não mostrou isso. O que há é que o país tem de louvar a Petrobrás, já que é o maior armador nos últimos 40 anos. A Petrobrás fez a indústria naval crescer, é quem faz maiores encomendas no setor. As multinacionais de petróleo instaladas no Brasil nunca fizeram uma encomenda sequer à indústria naval brasileira. Deveríamos, isso sim, fazer uma auditoria para mostrar à sociedade que graças à Petrobrás houve e pode haver no Brasil uma indústria naval.

Classe - *Outra notícia divulgada é que a Petrobrás deve muito dinheiro ao governo. Quem deve a quem? Como é a relação da empresa com o governo na questão de impostos?*

Fantine - A Petrobrás tem saldo líquido com o governo da ordem de US\$ 3 bilhões. Não deve a ninguém, nem impostos. As informações de que não pagamos impostos são equivocadas. Além do mais, não há como a Petrobrás fazer caixa dois. No passado, o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) foi trocado por óleo combustível para as termelétricas do Nordeste. A Petrobrás é credora de US\$ 600 milhões em óleo combustível e devedora de US\$ 400 milhões por causa do FND.

Classe - *Quais as últimas conquistas da empresa?*

Fantine - A Petrobrás se esforçou para entender a geologia brasileira e investiu. As crescentes descobertas surpreenderam de tal forma que foram consideradas verdadeiros milagres. Somos um país em desenvolvimento e descobrimos recentemente quatro campos de uma só vez. Nossas reservas crescem de ano a ano. As reservas descobertas em relação à produção de hoje garantem ao país cerca de 34 anos de produção.

Classe - *Como o senhor responde às acusações de corporativismo na empresa?*

Fantine - Para mim, corporativismo é quando 200 empresários se organizam, voam para Brasília para pressionar os parlamentares e fazem um estardalhaço nos jornais. Tudo isso é lobby corporativista com objetivo comercial de lucro. Mas quando um funcionário da empresa vai ao Congresso Nacional não é lobby nem corporativismo. É participação numa discussão importantíssima que mobiliza todo o país. Diante da importância do petróleo para o Brasil temos técnicos com informações relevantes para serem transmitidas à sociedade todo dia, porque não se

pode decidir sobre tema tão estratégico através de lobbies que enganam. Aliás, não temos tempo para ser corporativistas. Há muita coisa a ser feita. O que vemos é que durante a revisão constitucional vários empresários têm feito gastos inusitados em propaganda enganosa para tentar desmoralizar a Petrobrás.

Classe - *A luta em defesa da manutenção do monopólio estatal está ganhando força?*

Fantine - Aprendemos que a sociedade estava desinformada, que os próprios meios de comunicação não tinham informações. A Petrobrás considera portanto que está cumprindo o seu dever quando procura de todas as maneiras informar à sociedade, produzindo vários documentos. Resolvemos entrar nessa briga para que a sociedade possa julgar melhor, desativando o monopólio dos que acusam a Companhia. Sabemos que ganhará o lado da verdade, que a sociedade se mobilizará e a mentira não vai prosperar por muito tempo, apesar de muitos ficarem assanhados com mentiras publicadas todos os dias nas primeiras páginas dos jornais.

GANHARÁ
O LADO
DA VERDADE
DA PETROBRÁS

Deputada defende empresa

A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) fez discurso na Câmara dos deputados defendendo a Petrobrás dos ataques feitos pelos meios de comunicação. Veja trechos de sua fala.

"Em veículos de comunicação de grande circulação no país há ataques permanentes e cerrados à estatal que é orgulho do povo brasileiro: a Petrobrás. Todas as nossas referências não são baseadas em nossa vontade apenas, mas em dados objetivos da trajetória da empresa e de seus interlocutores, como José Fantine, diretor de Planejamento da estatal, funcionário que está acima de qualquer suspeita pela dedicação, competência e honestidade.

"Os ataques publicados no jornal 'O Estado de S. Paulo' basearam-se numa chamada consultoria norte-americana, que no dia seguinte saiu como matéria contratada pela Fiesp.

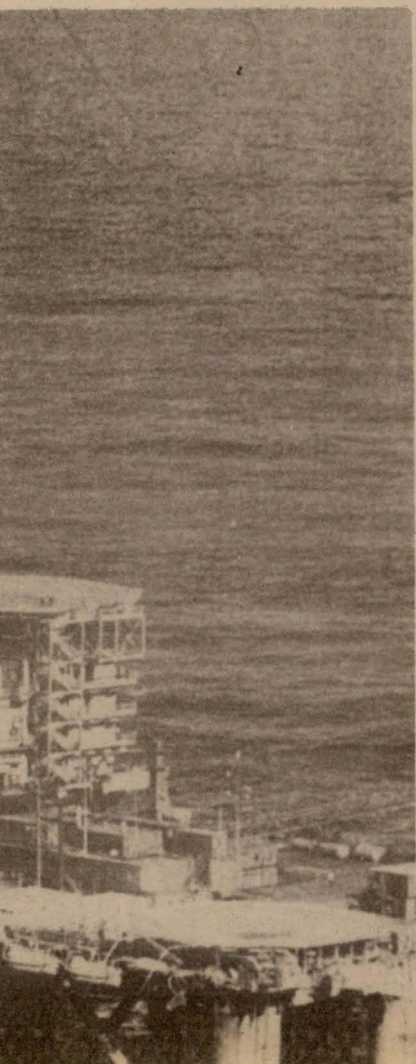
Apropriada empresa norte-americana, em nota à Petrobrás, disse que não verificou nenhum dos dados contidos na matéria. Na revista 'Veja' de 30 de março também foi publicado um ataque inverídico. Um ataque claramente encomendado contra a Petrobrás, que consegue, por todos os seus dados, responder à ofensiva.

"É muito interessante registrarmos que a cobiça em torno do petróleo brasileiro tem históricos exemplos trágicos como a Guerra do Golfo. É uma questão estratégica no mundo e não apenas no Brasil. Essa cobiça é claramente entendida porque as reservas petrolíferas dos Estados Unidos e do Reino Unido, por exemplo, só se sustentam por mais seis anos; as reservas do Japão e de vários países da Europa só duram mais um ano.

"E não é à toa que se busca uma importante reserva na

América Latina, particularmente no Brasil, tentando-se, no que diz respeito à questão estratégica do lucro das grandes empresas estrangeiras, especialmente as norte-americanas, dominar o setor petrolífero no Brasil. Lamentavelmente, isso ficou demonstrado na matéria da 'Veja'. Esses grupos conseguem aliados aqui no país, aos quais perguntamos a serviço de quem estão.

"O ex-ministro Alberto Goldman aparece na 'Veja' compondo essa ofensiva inverídica e inescrupulosa desferida contra a Petrobrás. Para finalizar, gostaria de dizer que a Petrobrás, por seus funcionários, faz um correto trabalho de convencimento da importância estratégica do monopólio estatal do setor petrolífero. Ao contrário de tantos, a Petrobrás nunca em tempo algum pagou propinas a parlamentares.



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

CONSCIÊNCIA

Socialista

A ação militante é decisiva na batalha eleitoral

Ronald Freitas
do Comitê Central do PCdoB

O ano eleitoral de 1994 coloca um grande desafio para todos nós, levar à vitória o nosso projeto eleitoral de eleger de 16 a 17 deputados federais e de 20 a 25 estaduais. Temos trabalhado intensamente as condições políticas para isso.

Na frente interna, o partido conta com um elemento destacado e decisivo na sua luta geral e nessa batalha eleitoral em particular, o desempenho de sua militância. A ação militante dos membros do partido é um dos maiores tesouros do PCdoB. Ela se caracteriza por um trabalho voluntário, abnegado, que não mede esforços no cumprimento de tarefas, por um trabalho intenso e disciplinado, que potencializar nossas forças e conseguir bons resultados com poucos recursos, por uma atividade criativa, que quando bem orientada, desabrocha em mil iniciativas, gerando fatos políticos e de campanha que muito contribuem para a vitória. Tudo isso: voluntariado, abnegação, criatividade, disciplina e garra na execução das tarefas, são características centrais da militância do PCdoB e um dos elementos básicos do êxito de qualquer atividade partidária.

Consciência política. Mas qual a força interior que faz com que um membro do partido, jovem ou velho, de incipiente militância ou de razoável experiência acumulada, de atuação na base ou no exercício de uma tarefa de direção, mantenha esses atributos de militância e solidariamente subordine seus projetos e aspirações pessoais, compromissos familiares, profissionais, estudantis etc, no mais das vezes modestos e justos, para se engajar de corpo e alma na batalha política que o partido lhe indica? É a consciência política do significado da luta, do projeto histórico de emancipação social do proletariado e por isso de toda a humanidade. Nada é mais estimulante e dinamizador de uma vida que essa consciência.

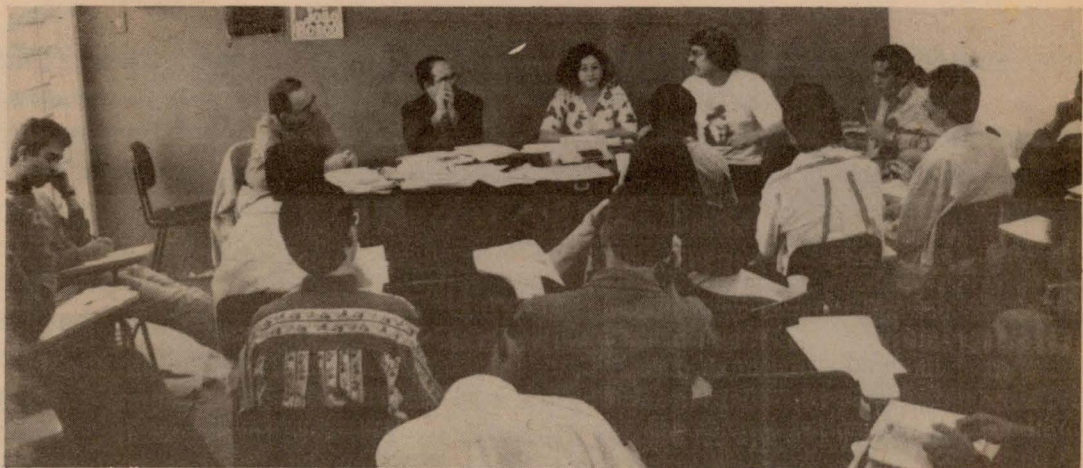
Podemos dizer que a militância ativa é sinônimo de consciência política, não é abstrata, se vincula às disputas concretas que a vida nos coloca. Nesse ano de 1994, a luta política no país, terá nas eleições gerais de outubro, o grande elemento catalisador das contradições sociais do país e do povo, e aqui reside a meu ver um dos elementos centrais do trabalho interno partidário, para por em

tensão a nossa militância e lançá-la nessa luta.

É necessário que as direções em todos os níveis compreendam que é fundamental e imprescindível armar politicamente o partido para essa grande batalha eleitoral que se inicia. É necessário que a militância se imbuído de espírito de que nessas eleições estará em jogo muito mais que a sucessão presidencial ou a renovação do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas, de que em última instância estará em jogo uma disputa política que, se vitoriosa, será de enorme importância na luta que travamos pelo socialismo em nosso país, e que se derrotada será um recuo nas conquistas que já obtivemos, e a continuidade da luta se dará em condições mais difíceis.

Uma outra exigência para uma militância intensa é a ação organizada, dirigida e não espontânea. Nada é mais estranho à militância intensa e disciplinada do partido do que o trabalho espontâneo. Sem tomar iniciativas, sem enrigecer e burocratizar os canais e instâncias partidárias, é necessário dirigir a atuação da militância. Essa necessidade política não surge de um viés autoritário ou burocrático, mas é uma necessidade política, da própria disputa a que nos lançamos, onde enfrentamos adversários muito poderosos, possuidores de vastos recursos materiais, contando com o total apoio da mídia conservadora e dessa maneira com amplas condições de influenciar e ganhar a opinião pública para suas idéias. Diante de tal adversário, ou organizamos a nossa atuação, ou seremos "esmagados" pelo verdadeiro "rolo compressor" dos adversários.

Adquirir consciência política e executar uma ação unitária e organizada é um processo complexo de interação entre ação-reflexão-ação, prática-estudo-prática. O curso da campanha será ele mesmo um fator da conscientização e organização, mas para que isso se desenvolva e faça crescer cada vez mais o empenho da militância, é necessário um eficiente e correto processo de direção. Aqui o papel da direção se destaca. Cabe aos vários níveis dirigentes terem uma justa compreensão do seu papel e serem o elemento central no preparar as condições para o deslanche das campanhas e para o empenho da militância. Atuando de forma ampla, democrática e coletiva, estarão as direções garantindo os elementos básicos da mobilização da militância, e do êxito de nossas forças nessa batalha.



Dois dias de debates sobre a agitação e propaganda na campanha eleitoral

O alvo da propaganda

Pedro de Oliveira
do Comitê Central do PCdoB

"Fernando Henrique Cardoso é o candidato das elites e das forças mais interessadas em aplicar o plano de ajuste no Brasil, o chamado projeto neoliberal. É homem de confiança do capital estrangeiro e do FMI. Apesar de tentar dissimular e vender uma imagem de "centro-esquerda", FHC é atualmente o campeão do reacionarismo, o candidato da FIESP, dos grandes banqueiros, da Globo, do imperialismo!". Assim Renato Rabelo, vice-presidente nacional do PCdoB, sintetizou o principal alvo da propaganda do Partido durante a atual campanha eleitoral, em reunião realizada no início de abril em São Paulo. Com a presença de companheiros responsáveis de quase todos os Estados do país, o ativo nacional de agitação e propaganda procurou afiar suas armas para poder enfrentar com êxito os desafios gigantescos de lutar por um novo governo democrático, popular e nacionalista no Brasil e de concretizar o projeto eleitoral do Partido Comunista do Brasil.

Propaganda e agitação. Nessa discussão ficou claro que nosso trabalho de propaganda é composto de múltiplas idéias, enquanto a agitação se ocupa de apenas uma ou poucas idéias. Na propaganda desenvolvem-se as idéias estratégicas, os objetivos maiores, para círculos mais avançados. Na agitação trabalhamos mais as questões táticas e conjunturais, firmando uma idéia ou idéias para amplas massas. Em processos eleitorais, como este que estamos vivendo com suas particularidades de se tratar de eleições casadas, o fundamental é saber utilizar a agitação com criatividade e qualidade. Ao lado da construção de argumentos teóricos convincentes - própria da propaganda - deveremos utilizar exemplos simples e linguagem popular em todos os instrumentos de agitação política ao nosso alcance.

Não poderemos desprezar a utilização viva da propaganda da TV e do rádio, mesmo levando em conta todas as limitações da atual legislação eleitoral que reimplantou a chamada Lei Falcão na TV, onde é proibida a utilização de recursos visuais próprios da televisão.

Para enfrentarmos essas dificuldades, será preciso desenvolver, junto aos nossos camaradas candidatos, cursos de aprimoramento da técnica vocal e gestual, como o que está sendo organizado no Rio Grande do Sul. O estágio de desenvolvimento das seções de agitação e propa-

ganda nos Estados e também em nível nacional é de reconstrução das comissões. Muitos regionais contam às vezes com apenas um responsável pela área. É preciso constituir rapidamente uma equipe de trabalho, sem a qual não será possível cumprir as tarefas básicas não só da campanha eleitoral mas também no trabalho mais permanente do partido na luta ideológica e política.

Neste sentido é preciso destacar a atenção de todos os níveis do Partido para seus instrumentos nacionais, como a "Classe Operária" e a revista "Princípios".

A camarada editora deste jornal Ana Maria Rocha, participou ativamente da reunião e procurou situar a crise da imprensa dentro de um quadro mais geral da transformação dos órgãos impressos no mundo todo.

Segundo Ana Rocha, o jornal precisa reforçar sua capacidade de refletir de forma mais viva os acontecimentos em Brasília, analisar e retratar passo a passo a campanha eleitoral para a Presidência da República e em todos os Estados, tendo como objetivo dobrar sua tiragem até o final de 1994. Isso só será possível com a colaboração do coletivo partidário e a retomada da discussão sobre a importância do órgão central do PCdoB.

Para o ano que vem - quando o jornal completa 70 anos de existência - os planos incluem a mudança da periodicidade para semanal e a realização de uma grande festa nacional da imprensa partidária. Ficou decidido na reunião que desde já o esforço dos companheiros será vender pelo menos 20 assinaturas de apoio por Estado até o dia 1 de maio, e completar 5 mil assinantes até o mês de novembro. Um bom exemplo é o Comitê Regional de São Paulo, onde cada delegado à Convenção estadual fez uma assinatura de apoio do jornal.

A revista "Princípios" - que vem conquistando respeito e admiração em novas áreas - ainda se ressent de uma tiragem reduzida. Será preciso ampliá-la especialmente com assinaturas, investindo nas universidades e junto aos novos militantes.

Outras publicações específicas, como a revista "Presença da Mulher" e "Debate Sindical" devem merecer nossa dedicação. A tendência à segmentação é uma realidade no mercado editorial brasileiro na atualidade.

A reunião terminou com uma homenagem emocionada em memória do camarada Rogério Lustosa, que dedicou os últimos 13 anos de sua vida ao estudo e ao trabalho de agitação e propaganda revolucionária do PCdoB.

Dicionário marxista

Madalena Guasco Peixoto
Professora de Filosofia da PUC-SP

Lei da luta de classes. As classes e a luta histórica entre elas tem sido a força motriz da sociedade de classes. É uma lei que revela o caráter objetivo do antagonismo de interesses entre as classes.

A luta de classes só se altera em suas bases fundamentais quando ocorre mudanças nas relações econômicas que se encontram na base desta luta.

Enquanto houver diferenças quanto à apropriação dos meios de produção existirão as classes sociais, nesse sentido, a luta entre não pode ser vencida por palavras, ou por decreto, ela só termina quando houver mais diferenças entre os

homens, de modo que alguns dominam os meios de produção outros não.

A luta de classes tem, portanto, em sua base a exploração do homem pelo homem. A luta de classes somente terminará quando não houver mais as classes sociais.

Não foram os homens que criaram através de suas teorias a luta de classes, a luta neste campo apenas revelou o que existe objetivamente.

As classes e a luta de classes são o desenvolvimento da sociedade e também a luta de classes que impulsiona quando este mesmo desenvolvimento anular condições que inviabilizam a sua existência.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Sindicalismo classista vence nos petroleiros

O sindicalismo classista contabilizou uma grande vitória no Rio Grande do Norte. A chapa Em defesa do monopólio estatal do petróleo venceu as eleições para a diretoria do Sindipetro.

Concorreram às eleições duas chapas do campo cutista. A chapa vencedora é formada por petroleiros simpatizantes do PT, membros do PCB, PMDB, PCdoB e independentes, todos defensores do sindicalismo classista. A outra chapa, Sem medo de ser feliz, era formada por integrantes do PT e do PSTU.

O processo eleitoral foi educativo, na medida em que trouxe o debate sobre concepção e prática sindicais diferenciadas e, sem dúvida, resultou no fortalecimento da entidade,

uma vez que teve o maior índice de participação já registrado na categoria. Votaram 83% dos sindicalizados e a abstenção (votos brancos e nulos) foi de apenas 2%.

Porém, a campanha, apesar de vitoriosa, deixa um saldo negativo no sindicalismo cutista. Trata-se do comportamento dos integrantes da chapa 2, cuja campanha se notabilizou pelo volume de propaganda anticomunista, pelo preconceito e pelo patrulhamento ideológico.

Todo o marketing da chapa 2 foi montado em cima do slogan petista (Sem medo de ser feliz) e do ataque aos comunistas de forma terrorista, sem nada deixar devendo à ditadura militar que há nove anos foi derrotado pelo povo, e



a dupla Collor/Roberto Marinho contra a candidatura Lula em 89.

É lamentável que no momento em que se discute uma candidatura popular, cujo nome principal é integrante do PT, o sindicalismo assista ao show anticomunista que os petroleiros assistiram. Será essa a "de-

mocracia universal petista"?

Os petroleiros do Rio Grande do Norte mostraram que o preconceito político utilizado nas eleições é exclusividade de siglas como o PT e não dos trabalhadores, tanto que escolheram a chapa 1 para dirigir a luta da categoria.

Com a vitória da chapa

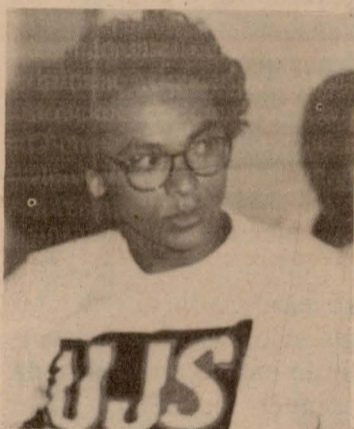
Em defesa do monopólio estatal do petróleo a luta dos petroleiros ganhou novo impulso. Também saíram fortalecidos o sindicalismo classista e a luta mais geral dos brasileiros em defesa do patrimônio público, contra o neoliberalismo e por uma sociedade mais justa.

UJS realiza seu 5º Congresso

A União da Juventude Socialista realiza seu 5º Congresso de 21 a 24 de abril na Universidade Católica de Salvador/Ba. Cerca de 600 pessoas são esperadas para o Congresso.

Segundo o coordenador da entidade, José Carlos Madureira, este é um momento decisivo na vida da entidade: "Estamos esperando um grande número de jovens, a maioria recém ingressando na UJS, o que vai renovar o ânimo para travar a luta da juventude, divulgar o socialismo e, principalmente, participar da campanha presidencial, nossa principal luta este ano".

Ao comemorar 10 anos desde sua fundação, a União da Juventude Socialista tenta retomar seu projeto inicial e pretende, sem deixar de atuar no movimento estudantil, voltar sua ação à juventude de extração mais popular e trabalhadora. "A partir desse congresso, a atuação da UJS deverá se modificar, inclusive nas entidades estudantis, onde já atuamos. Até agora, nos restringimos a encaminhar as lutas conjunturais, necessá-



Madureira

as mas insuficientes. Precisamos discutir com a juventude seus problemas específicos e o socialismo", afirma Madureira. Ele acredita que essa juventude que ingressou na UJS desde o último congresso da entidade, vai ajudar a romper com as práticas antigas. "Esta é uma juventude otimista, que vem de algumas vitórias, como o impeachment. Por isso, além da política geral devemos discutir como implementar a UJS em cada estado do país, traduzindo em luta diária seus anseios e necessidades. A juventude esteve no centro dos últimos acon-

tecimentos políticos e, além da vontade, já possui alguma experiência de participação".

A principal batalha que a juventude vai enfrentar esse ano é a sucessão presidencial. Consciente disso, a UJS vai debater no 5º Congresso uma plataforma que será entregue aos candidatos à Presidência da República. "Deveremos ter um programa com a cara da juventude e os candidatos que serão apoiados pela UJS, tanto à Presidência quanto nos estados deverão estar comprometidos com ele". Entre os pontos que deverão ser discutidos e constarão da plataforma, Madureira destaca o problema da violência, trabalho e educação, discriminação do uso de drogas e combate ao tráfico. "Além disso continuaremos lutando contra a responsabilidade criminal aos 16 anos, pela aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente e pela punição dos responsáveis pelo extermínio de jovens que hoje acontece no país".

O 5º Congresso deverá aprovar o novo manifesto e o novo estatuto da entidade.

Unegro sob nova direção

A União de Negros pela Igualdade de São Paulo realizou no último dia 26 de março, sua assembléia geral anual, com a participação de 90 militantes. Destaque especial à grande presença de jovens rappers, da capital e de Campinas.

Os presentes à assembléia reafirmaram o posicionamento da entidade de combate à política neoliberal e ao extermínio das populações não brancas no Brasil e no mundo. Foi debatido um documento, escrito por uma comissão que está organizando um encontro interconti-

ental de entidades negras a ser realizado em 1995, no Brasil. Este documento faz uma radiografia dos processos de exclusão e extermínio nas suas mais variadas manifestações.

Após a discussão política, a assembléia elegeu a nova coordenação geral da entidade que terá mandato até 1996. O novo coordenador geral da Unegro/SP é o jornalista Dennis de Oliveira. Na executiva ficaram ainda Roberto (Beto), Esther, Luizão e Sandra (ex-coordenadora de mulheres negras). A coordenação ainda é composta

por Edson (comunicação), Felipe "Doido" e João Paulo (sindical), Cerezo e Marizilda (cultura), Juarez Tadeu (formação e banco de dados), Lúcia Ágata e Viviana (cidadania), vereador Vital Nolasco (assuntos parlamentares), Carmem e Lindalva (mulheres negras), Marizilda, Arnaldo, Fabiano e Julião (comissão do interior), Rosângela e Luiz Roberto (conselho fiscal).

A Unegro discutiu ainda o projeto "Quiolombo de rua", desenvolvido pela entidade junto com o movimento rapper.

Seminário Sindical

Nos dias 26 e 27 de março o PCdoB gaúcho promoveu seminário com a presença de 40 sindicalistas de vários municípios do Estado.

O tema as mudanças no mundo do trabalho teve como painelistas Fernando Cotanda, professor da PUC e Unisinos e Luiz Castro, diretor do Sindicato dos Técnicos Industriais e membro do PCdoB.

Fernando Cotanda abordou as transformações a partir de sua base material, pano de fundo para que elas ocorram. Da organização científica do trabalho de Taylor - produção rígida, dividida entre planejamento e execução, onde os trabalhadores não podiam pensar - passando pela produção em série de ford com a produção e consumo de massa, chegando aos métodos toyotistas de produção, com a reorganização científica do trabalho, a introdução da automação microeletrônica e o privilégio aos métodos organizacionais da produção, que agora passa a ser flexível e de consumo restrito. No objetivo de expropriar o conhecimento operário os métodos de Toyota precisam "adestrar" os trabalhadores e, por isso mesmo, criam uma democracia relativa no interior da produção, gerando grandes problemas para o movimento sindical.

Luiz Castro exemplificou como os métodos toyotistas estão sendo aplicados nas empresas gaúchas, como no pólo petroquímico de Triunfo, com a exigência de frequentes alterações tecnológicas para a empresa manter-se competitiva. Falou ainda sobre a educação nas escolas técnicas profissionalizantes, que seguem a lógica de Toyota, formando profissionais para a linha de montagem. Os participantes discutiram o problema da reestruturação pro-

ductiva, no sentido de investigar as possíveis formas de resistência dos trabalhadores para o enfrentamento desses problemas. A primeira conclusão foi que o movimento sindical está despreparado, muito por não se dar conta da gravidade das mudanças produtivas e pela falta de preparação teórica que viabilize a resposta a estes problemas.

A luta pela redução da jornada de trabalho foi apontada como uma necessidade, com a clareza de que tal proposição passa pelo entendimento das consequências geradas pela chamada 3ª revolução industrial, como o desemprego estrutural.

A discussão sobre o movimento sindical brasileiro contou com a exposição do secretário do Comitê Central do PCdoB, João Batista Lemos, que falou do novo quadro mundial, ressaltando o atual estágio imperialista do capitalismo, com o fim da bipolaridade entre URSS e EUA. Falou da pressão crescente para que o Brasil se enquadre e se submeta ao projeto neoliberal, atualmente através da revisão constitucional, do Plano FHC2 e da busca das elites de uma candidatura que possa derrotar Lula.

Ao falar da CUT, Batista resgatou a composição da Central, hegemônica pela social-democracia (Articulação), fazendo com que a mesma apresente-se como de negociação, onde as questões referentes ao confronto e ao socialismo tenham desaparecido. Apesar desses aspectos a CUT é ainda quem reúne os sindicatos mais importantes: petroleiros, transportes, bancários etc.

O seminário apontou para a realização de atividades de formação sindical e encaminhamento das lutas com base no tripe teórico: luta sindical, Plano FHC2 e sucessão presidencial.

Causas da revolta juvenil

Desiludidos com os chamados "anos Mitterand", os jovens franceses ajudaram a recondução da direita ao poder em março de 1993. Mas, como comentou uma revista francesa, "a direita está cometendo um erro... pensa que a sociedade se converteu ao liberal-conservadorismo... O fato de terem repudiado os socialistas não significa alinhamento à direita".

De fato, desde o início do governo da direita, a juventude se opôs ativamente a algumas de suas iniciativas. Além da campanha contra o CIP, houve outras lutas: contra a tentativa de revisão da Lei Falloux, que pretendia autorizar o governo a destinar verbas públicas para estabelecimentos privados de ensino; contra a Lei Pasqua, que endureceu a política relativa aos estrangeiros e promove grandes "batidas" policiais a fim de fazer o "controle de identidade". Essa lei é reprovada por 83% dos jovens que a qualificam de racista, conforme a revista "L'Express".

A juventude também não se calou diante da ofensiva do governo contra um programa de televisão muito popular entre os jovens, o "Les Guignols de l'Info", que em tradução livre equivaleria a algo como "Os bonecos da informação", uma edição diária de dez minutos em que marionetes semelhantes aos integrantes do governo comentam notícias do dia, num fino humor politizado, crítico e criativo. Acusando o programa de "esquerdista", o governo pressionou a rede de televisão e provocou a demissão de um dos diretores, que saiu denunciando um complô contra os "Guignols", o que causou escândalo na França. O governo foi obrigado a recuar e os bonecos continuam no ar a criticá-lo e a fazer rir.

Os jovens também reagiram às ameaças governistas sobre uma edição de rádio ao vivo, chamada "Lovin'fun", que dá a palavra aos jovens que falam de suas angústias e problemas, em especial de suas inquietudes amorosas e sexuais. A emissora "Fun Radio" sofreu ameaça de ser retirada do ar, mas o protesto juvenil fez o governo recuar mais uma vez.

Como razão de fundo desse contexto está a crise social, que atinge fortemente a França. O lado mais visível é o alto índice de desemprego, cerca de 12%, que sacrifica sobretudo os jovens (eles seriam mais de 800 mil desempregados) e a negativa da população de aceitar o receituário neoliberal, o que faz começar a desenhar no horizonte um cruzamento entre crise social e crise política num dos bastiões do capitalismo mundial. (G.Ph)

Juventude sacode a França

▼ Num protesto que começou dia 17 de março e tomou conta da França por três semanas, milhares de estudantes, com apoio dos sindicatos, obrigaram o governo a cancelar o projeto de lei que previa pagamento de apenas 80% do salário mínimo aos jovens

G. Philippe
de Paris

Mais de 300 mil pessoas ocuparam as ruas de dezenas de cidades francesas no dia 17 de março protestando contra o projeto de lei do governo direitista de Edouard Balladur que estipulava que o jovem recém-saído de uma universidade ou escola profissionalizante passaria a ganhar apenas 80% do salário mínimo (SMIC). A proposta foi denominada "Contrato de Inserção Profissional" (CIP), logo apelidada de "salário mínimo jovem".

A manifestação foi convocada unitariamente por todas as entidades estudantis e centrais sindicais. Nesse dia, foram 50 mil pessoas em Paris, 25 mil em Lille, 20 mil em Toulouse, 20 mil em Marseille, 15 mil em



Os estudantes sacudiram a França contra o "salário mínimo jovem"

Bordeaux, 15 mil em Lyon... e tantas outras cidades. O governo mobilizou imenso aparato repressivo que, só em Paris, reuniu 3.200 policiais que prenderam cerca de 200 pessoas.

Marca da união. Na origem desses números estão os estudantes, os primeiros a invadir as praças públicas. Universitários e secundaristas se uniram, através de suas entidades nacionais, fato que, pela raridade, prenunciava que a temperatura política iria subir.

Governo cede à pressão estudantil

Depois de três semanas de fortes protestos dos estudantes e dos sindicatos franceses, no dia 30 de março o primeiro-ministro Edouard Balladur decidiu anular a lei que permitia às empresas pagar menos que o salário mínimo aos jovens que entram no mercado de trabalho. Em lugar do Contrato de Inserção Profissional (CIP) o governo vai subsidiar empresas que ofereçam aos jovens o primeiro emprego. O custo previsto desse subsídio é de 6 bilhões de francos.

Líderes estudantis, sindicalistas e partidos oposicionistas não esconderam a euforia com o fim da lei. "Foi uma vitória da juventude francesa", disse um líder estudantil. No dia 31 de março milhares de estudantes voltaram às ruas em toda a França na "marcha da vitória" para comemorar o recuo do governo. Em Paris, houve confrontos com a polícia, incêndios, quebra-quebra e prisão de 300 pessoas.

No dia 29, antes de ser anunciada a decisão do governo, os estudantes de Nantes, no sul da França, chegaram a bloquear o trânsito na cidade. Houve protestos também em Rennes e Brest. Uma pesquisa do jornal "Le Parisien" mostrou que 77% dos eleitores franceses eram contrários à redução do salário mínimo para jovens.

Na verdade, o primeiro-ministro pretendia financiar a contratação de jovens pelos próprios jovens, dando-lhes salários amputados, numa aplicação estrita da doutrina liberal de Balladur. O correspondente do jornal "O Estado de S. Paulo" em Paris disse que "Edouard Balladur contempla hoje um campo em ruínas. Sua idéia de permitir contratar jovens por um salário menor funcionou como uma granada que explodiu sob seu nariz."

Na verdade, para a juventude francesa, o projeto do governo foi a gota que fez transbordar o copo, porque desde que assumiu o governo, a direita não deixou de fustigá-los com propostas e projetos considerados inaceitáveis (ver coluna). O clima começou a esquentar em setembro-outubro, quando o governo queria alterar a legislação sobre financiamento do ensino, originária do começo do século (Lei Falloux). Grandes passeatas tomaram então as ruas. O governo foi obrigado a recuar porque naquele mesmo momento enfrentava poderosa greve dos trabalhadores da Air France e a revolta camponesa contra os acordos do Gatt. Se não recuasse, corria o risco de promover a união do movimento estudantil com o sindical.

Alguns meses depois, no entanto, a proposta de instituir o CIP catalisa o movimento popular, colocando lado a lado jovens e trabalhadores. O motivo da união é simples: os primeiros não querem ser trabalhadores de segunda categoria, os segundos temem que a medida venha a fazer com que o patronato passe a demitir mão-de-obra qualificada para aproveitar jovens, e assim reduzir folhas de pagamentos e aumentar lucros.

Essa combinação resultou na mobilização unitária e massiva do dia 17 de março, a maior manifestação popular dos últimos vinte anos, que chegou a ser transmitida ao vivo por uma rede de televisão francesa. A jorna-

da do dia 17 foi importante não só do ponto de vista numérico, mas também do ponto de vista político, da unidade do movimento popular francês que ela proporcionou. Os movimentos estudantil e sindical não lutavam juntos desde as memoráveis batalhas de maio de 1968. O sucesso foi tanto que os líderes das entidades continuaram a mobilização unitária por três semanas. Todas as grandes cidades da França foram sacudidas por passeatas.

Explosão social. Daí pode-se deduzir a inquietude das elites francesas. A imprensa falava em reedição de maio de 68. Recentemente, uma conceituada revista publicou uma enquete em que 65% dos franceses diziam que o país está à beira de uma explosão social. E mais, que, dentre esses, 80% estariam dispostos a apoiar uma revolta.

O impasse persistiu por várias semanas e o governo vacilava entre endurecer o tom e fazer aprovar a medida na Assembléia Nacional, onde detém ampla maioria, ou ceder às pressões e retirar o projeto (o que ocorreu no final de março). Os manifestantes se mostravam dispostos a levar a luta até o fim. Exemplo desse estado de ânimo é a declaração da universitária Letícia, 19 anos, à revista "Nouvel Observateur": "É preciso fazer tudo arder, isso não pode mais continuar como está... Se não houver uma explosão social".

Fracasso neoliberal no México

▼ A sucessão presidencial mexicana transcorre num clima de profunda instabilidade política, marcada por graves abalos e até pela tragédia.

José Reinaldo Carvalho
do Comitê Central do PCdoB

Há três semanas foi assassinado o professor Luis Donaldo Colosio, candidato do Partido Revolucionário Institucional (PRI), que despontava nas pesquisas de opinião pública como franco favorito para suceder o atual presidente, Carlos Salinas de Gortari, também do PRI.

As rachaduras latentes no interior do partido que monopoliza o poder no país centro-americano desde os anos 20 vieram à tona, surgindo inclusive acusações entre suas diferentes alas, uma atribuindo à outra o patrocínio do atentado que ceifou a vida do candidato. Sucederam-se lutas de bastidores para a indicação do novo candidato, prevalecendo a vontade do atual presidente, que apontou seu preferido, Ernesto Zedillo, homem de sua confiança, comprometido com a continuidade das reformas políticas e econômicas de caráter neoliberal.

Luta pelo poder. Os fatos indicam um extremo aguçamento da luta pelo poder político em que estão empenhadas diferentes setores das classes dominantes abrigadas nas facções do PRI. Nos marcos de um sistema antidemocrático e unipartidista de facto, o exercício do poder político pelo PRI ao longo de sete décadas nunca foi pacífico. Atualmente, com a plena aplicação da política neoliberal, surgem no interior do partido dominante resistências de natureza nacionalista. O próprio ex-candidato assassinado foi obrigado a levar em conta essas restrições à orientação neoliberal de Salinas de Gortari existentes na sociedade e entre as bases de seu partido. Ao ser indicado, Colosio fez declarações exaltando os valores nacionais da revolução mexicana, o que certamente provocou constrangimentos na cúpula priista e governamental e desagradou em seus padrões imperialistas nor-



Colosio é ferido de morte

te-americanos.

O fato é que o México não é mais o mesmo. Há uma abissal distância entre a atualidade e os idos de 1989, quando Carlos Salinas de Gortari, no primeiro ano de seu governo, anunciou em tom triunfalista "a solução do problema da dívida externa" e a abertura de um "período de crescimento para elevar a qualidade de vida de todos os mexicanos e conquistar um mundo melhor". Naquela altura, Salinas preparava a opinião pública para o grande acordo com os banqueiros internacionais, que veio a ser firmado em fevereiro de 1990, patrocinado por Nicholas Brady, então secretário do Tesouro dos EUA (governo a Bush) e Michel Camdessus, diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional. E dava também o passo fundamental para a assinatura do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio, com o Canadá e os EUA.

A formalização do TLNALC foi outro momento de euforia da propaganda priista. Falou-se então do início de uma nova era e a figura do presidente Carlos Salinas de Gortari passou a ser exaltada como a do estadista que introduziu o México na "modernidade", façanha pela qual seria lembrado por muitas gerações.

O levante indígena-campesino de janeiro deste ano, na data em que entrava em vigor o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio mostrou ao mundo que a realidade mexicana é muito distinta do que diz a propaganda. Depois de haver reprimido a ferro e fogo a insurreição de Chiapas, o próprio presidente da Repú-

blica foi obrigado a admitir a existência de 13,5 milhões de pobres (17% da população), cifra que a oposição multiplica por dois. A luta protagonizada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional iniciada em plena euforia da entrada em vigor do acordo com os EUA e o Canadá e na abertura do período "quente" da sucessão presidencial alterou o quadro político mexicano e trouxe à tona as dificuldades do PRI para manter o monopólio do poder político.

Eleição e crise. Além de politicamente conflagrado e mergulhado na crise social, o México vai às urnas em agosto próximo vivendo uma profunda deterioração da situação econômico-financeira. A abertura comercial fez o país acumular um déficit de US\$ 20 bilhões na balança comercial. O PIB vem caindo continuamente desde 1990, sendo indistigável que presentemente vive-se uma conjuntura de recessão econômica, levando o desemprego a índices alarmantes. Os desempregados e sub-empregados correspondem a 30% da população economicamente ativa.

O mais grave é que o México está vivendo um intenso processo de subordinação ao imperialismo. Empresas estatais foram alienadas ao capital privado, sobretudo estrangeiro, a indústria vem passando por um processo de "reconversão", tendo em vista orientá-lo fundamentalmente para a exportação. Numerosas leis foram aprovadas para "desregular" a economia

e abrir as portas ao capital estrangeiro em diversos setores que até bem pouco tempo eram reservados ao Estado e aos investidores nacionais. Tal orientação antinacional é alvo da crítica e da oposição de setores patrióticos da sociedade mexicana. Estes se dispõem a combater o objetivo das forças dominantes que é subordinar totalmente o México tanto no terreno econômico como no político, para convertê-lo num tipo de "Estado Livre Associado", uma espécie de Porto Rico em grandes dimensões.

É em meio à instabilidade política, à crise social e às graves ameaças à soberania nacional, que o povo mexicano vai às urnas em agosto. À distância, não se pode aquilatar a força da oposição popular e nacionalista e sua capacidade de derrotar a candidatura neoliberal do PRI.

O Partido Popular Socialista (partido comunista) lançou a candidatura da senhora Marcela Lombardo, que propõe "uma aliança de forças progressistas em defesa da soberania nacional", com uma plataforma democrática e nacionalista, na área oposicionista desponta ainda a candidatura de Cuauhtémoc Cárdenas, do Partido da Revolução Democrática, uma dissidência do PRI que em 1988 só não ganhou as eleições devido à fraude.

Pressão imperialista contra a Coreia

O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas adotou, em 31 de março, por pressão do governo dos EUA, uma declaração ameaçando a Coreia do Norte de sanções, caso não aceite realizar inspeções nucleares adicionais em seu território. A renovação das ameaças ao governo de Pyongyang agrava o quadro de tensão na Península Coreana, na medida que representa uma provocação aberta contra o país socialista, além de subverter o processo normal de negociação que estava em curso entre a República Popular Democrática da Coreia e a Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea).

O Ministério das Relações Exteriores da Coreia do Norte emitiu a propósito uma declaração pública considerando "irrazoáveis" as exigências contidas no documento do Conselho de Segurança da ONU. Partindo da premissa de que a "questão nuclear" da RPDC não é assunto que deva ser discutido no âmbito do Conselho de Segurança da ONU, e reafirmando que a Coreia do Norte recebeu os peritos da Aiea, que realizaram a inspeção nuclear nos termos acordados entre os governos da RPDC, dos EUA e a própria Aiea, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores norte-coreano ressaltou: "não há dúvida de que a inspeção realizada sobre as instalações nucleares da Coreia do Norte foi suficiente". Acrescenta que se houve alguma discrepância de critérios no processo de inspeção, o problema deveria ser resolvido entre o inspetor da Aiea e o país inspecionado. Se é assim, por que o Conselho de Segurança da ONU se apressou a examinar o assunto da inspeção na RPDC e adotar uma declaração a respeito?

Em primeiro lugar, diz a nota do Ministério das Relações Exteriores norte-coreano, porque "em sua política de hostilidade em relação à RPDC, os EUA necessitam de um palanque, no caso o Conselho de Segurança da ONU, e um instrumento de pressão". Na opinião do porta-voz norte-coreano, "os EUA e alguns outros elementos ocidentais, que consideram o regime socialista da RPDC como espinho cravado em seus olhos, manipulam inclusive a organização internacional para denegrir esse pequeno país".

A nota do Ministério das Relações Exteriores da RPDC diz ainda que se o Conselho de Segurança da ONU quer de fato cumprir a missão de assegurar a paz, "deve incriminar os EUA, que obstaculizam a solução do problema nuclear, ao mesmo tempo que ameaçam a paz e a segurança na Península Coreana, fornecendo grande quantidade de armas à Coreia do Sul".

O porta-voz norte-coreano finaliza afirmando que fracassará a política dos EUA, destinada a hostilizar e suprimir a RPDC e manter a invariável pressão sobre o país em favor da solução pacífica da questão nuclear. (JRC)



As raízes populares de Elifas

▼ Como um dos mais importantes ilustradores brasileiros, Elifas Andreato lançou o livro "Impressões", para comemorar os seus 25 anos de carreira. Nascido em Rolândia, Paraná, ele teve uma infância pobre e veio para São Paulo aos 14 anos trabalhar como operário. Elifas fala à Classe sobre a sua obra e sobre as idéias que norteiam sua vida e seu trabalho

por Marcos Ruy

Classe - A jornalista e professora Maria Rita Leal afirma em artigo na revista "Princípios" que sua

sempre a reboque da idéia. É assim que eu desenvolvo meu trabalho e minha técnica.

Classe - É por isso que você não se transformou num pintor de quadros? Partir para uma produção de linha mais acadêmica limitaria sua obra?

Elifas - Eu nunca quis pintar quadros, porque o meu objetivo é atingir o maior número de pessoas possível. Creio que manter os meus trabalhos ao espaço restrito de um quadro limitaria a minha vontade de transpor esse espaço. Mesmo porque muito pouca gente entende de arte no Brasil. Claro que isso é resultado dessa política massacrante, que procura manter a maioria na ignorância. Eu não saberia realizar uma obra acadêmica. Eu só faço arte gráfica, eu não sei pintar quadros.

Classe - Ainda segundo Maria Rita Leal, nos anos 60 e 70 ocorria no país um debate em torno da nacional e popular, com um projeto de cultura com o objetivo de levar a uma transformação política radical através da arte popular. Parece que esse debate retorna com força. O que devemos tirar de lição do passado para não repetir

da escola e vão direto para as agências de propaganda, as revistas, jornais etc. e fazem tudo o que o editor ou o dono da agência mandam. Eu nunca aceitei interferência em meu trabalho. Não aceito que um editor venha determinar o que deve fazer. Isso não significa arrogância. Aceito discutir e se o editor provar que estou errado, eu faço outro desenho.

Classe - Quer dizer que não tem mais nenhum artista gráfico novato com criatividade?

Elifas - Os últimos a serem revelados o foram nos anos 70. De lá para cá não apareceu mais ninguém. Justamente porque interferem demais nos trabalhos dos artistas. Também porque os jovens de hoje não tem a mesma preocupação humanística que tínhamos anteriormente. Hoje cada um tem o seu palmtop e trabalha com os recursos que a informática lhes oferece.

Classe - O que se percebe é que grande parte da juventude distanciou-se da cultura popular e perdeu a identidade nacional. Não seria esse fator causador dessa discrepância, porque a elite brasileira não entende o povo? Talvez boa parte desses jovens somente pensem em levar vantagem, como se observa na sociedade brasileira. Isso se reflete na produção artística?

Elifas - Quando teve todo aquele movimento pelo impeachment do Collor e milhares de jovens pintaram as caras e saíram às ruas eu voltei a acreditar neste país. Depois que o Collor caiu, eu pus uma bandeira brasileira em frente ao meu escritório de trabalho, agora vários vizinhos seguiram a minha idéia e também puseram bandeiras nacionais em frente aos seus trabalhos. Isso quer dizer que temos orgulho de ser brasileiros e que acreditamos em nosso país. O que não se pode aceitar é essa subserviência ao mercado que determina a maior parte da produção cultural do país. Com as artes gráficas não é diferente. Hoje você não vê surgir um Chico ou Paulo Caruso, um Maringoni etc, porque falta vontade de conhecer o próprio país. Em geral as obras ficam na superficialidade, quando não repetem idéias de produções estrangeiras. Isso é inconcebível,



Elifas Andreato

principalmente porque nós temos plenas condições de realizar trabalhos tão bons ou até melhores que os produzidos no exterior.

Classe - Nos anos 70, você largou um emprego numa grande empresa - a Editora Abril - e foi ajudar a fundar o jornal "Opinião", depois o "Movimento". Por que isso ocorreu, você se arrepende de alguma coisa?

Elifas - De forma alguma. Aquele foi um momento excepcional, nós precisávamos resistir, tínhamos que fazer alguma coisa contra a ditadura. E a minha ida tanto para o "Opinião", e para o "Movimento" aconteceu somente pela necessidade de fazer um trabalho político de resistência à ditadura militar.

Classe - Os direitos autorais do seu livro "Impressões" (leia resenha abaixo), foram cedidos para a "Campanha contra a fome e pela vida", liderada pelo Betinho. Certa vez, num show realizado em São Paulo, o Chico Buarque disse que aquilo era melhor do que não fazer nada. Você acredita que essa campanha possa acabar com a fome no Brasil?

Elifas - Eu tenho a certeza de que nem o Betinho acredita nisso. Pois essa campanha é assistencialista. Contudo, ela tem proporcionado a possibilidade das pessoas conhecerem melhor o país e passar a preocupar-se com o outro. Eu creio que só esse fato já justifica ceder os direitos da venda do livro a essa campanha.

Classe - A eleição presidencial deste ano consiste na contra-

posição de duas posições políticas muito distintas. Uma que defende a necessidade de criação de um mercado interno e com isso o aquecimento da economia, com a criação de empregos etc. E outra que prega a necessidade do capital externo para subsidiar o "progresso" do país. Qual é o seu candidato e como se engajará nessa luta?

Elifas - Nesta eleição, eu pretendo atuar apenas como cidadão. De qualquer forma me identifico demais com o Lula. Acho que ele entende os problemas do povo e está realizando essa "Caravana da Cidadania", que lhe possibilita conhecer ainda mais as necessidades de nosso povo. Ainda não sei em quem vou votar, mas não vejo porque o Lula não possa ser nosso presidente.

Classe - Na revista "Isto é" saiu uma matéria sobre os 25 anos de sua carreira e o jornalista afirmou que você abandonou o socialismo. Mesmo após a derrota do Leste europeu e tudo o mais, você ainda crê no socialismo?

Elifas - Eu não tenho a menor dúvida. Sei que o mundo mudou, mas a essência do socialismo permanece. Acho que devemos continuar lutando pela transformação da sociedade para criarmos uma sociedade mais justa com os trabalhadores. Para isso, precisamos de uma postura mais radical e lutarmos pela revolução. A mídia não cansa de dizer que estes conceitos estão ultrapassados, mas nós estamos engatinhando e tenho a plena convicção de que o socialismo é o sistema do proletariado e significa o futuro da humanidade.



Cartaz de 1979: Fundo de Greve dos Desempregados

obra "tem uma riqueza que une o mundo das linguagens: a escritura, a fala, o gesto, a imagem, a cena", aliás ela fez uma tese de doutorado a respeito de sua obra. Como isso ocorre na sua cabeça? Que técnica você utiliza no desenvolvimento de seus trabalhos?

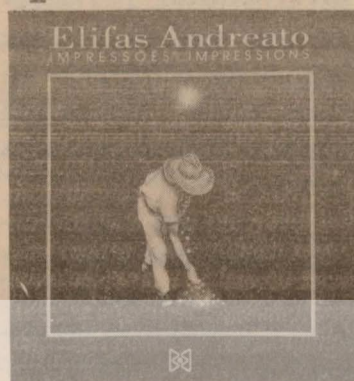
Elifas - O primeiro passo é ter uma idéia. Ou seja, é necessário começar pelo conteúdo e a partir dele e da experiência de vida dar uma forma a essa idéia. Eu definiria o meu estilo como um acadêmico precário, porque eu não fui na escola para aprender a desenhar, não tive proximidade com os meios acadêmicos. O que posso dizer é que tenho uma técnica própria. Porque para mim a técnica vem

os erros no presente?

Elifas - O que eu procuro fazer na verdade é ter uma postura diante do meu trabalho e do meu país. Não se pode conceber um artista que não conheça a história do seu próprio país, as raízes populares da cultura nacional. Somente assim poderemos compreender o povo. Isso não significa que devemos nos fechar para a cultura estrangeira, ao contrário o que se deve fazer é filtrá-las e absorver o que for possível enquadrar na nossa realidade. O artista necessita de conhecimento e conhecimento não vem do nada. É preciso ver a miséria predominante no interior deste imenso país. O que se vê hoje é que os artistas gráficos saem

"Elifas Andreato é um artista que concilia habilmente no seu trabalho força, técnica e estilo com uma posição sólida de homem na sociedade em que vive", assim o compositor Toquinho define o homem Elifas, que para Chico Buarque "foi sempre um artista dos artistas". Estes depoimentos entre outros encontram-se no livro de memórias "Impressões", lançado recentemente em São Paulo e reserva os seus direitos autorais para a Campanha da Fome do Betinho. No livro há uma biografia de Elifas que mostra como o menino pobre de Rolândia, no Paraná, transformou-se no grande artista que é atualmente. O seu desenho tem

As impressões do artista



intensa presença no dia-a-dia do país.

Na música, no teatro e na imprensa, Elifas Andreato sempre esteve presente, assim como nas grandes lutas populares do país nos últimos

vinte anos. Para o teatrólogo Fernando Peixoto, "sem dúvida a obra de Elifas Andreato significa um dos traços mais vigorosos do cartaz brasileiro de todos os tempos." Já para Lula "quem acompanha sua trajetória ao longo desses vinte anos vai notar de cara como ali está contada a nossa história." O jornalista Raimundo Pereira define a obra de Elifas assim: "no jornalismo gráfico verdadeiramente revolucionário que atingiu no "Opinião" e em "Movimento", de 1972 a 1981, Elifas Andreato foi forma do conteúdo daqueles anos difíceis." O livro "Impressões" está sendo vendido a US\$ 50.

Valorando a natureza

O desenvolvimento deveria "ser voltado para todo o conjunto de necessidades e aspirações humanas, como parte de uma meta global de melhoria da qualidade de vida", assim conclui o livro "Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável", organizado pelos economistas Peter Herman May e Ronaldo Serôa da Motta, publicado pela Editora Campus. O livro aborda os temas que estiveram em discussão durante a ECO/92, ocorrida no Rio. A polêmica é grande porque envolve a produção de riquezas nacionais e o relacionamento entre os países ricos e pobres. Os últimos em geral possuem reservas vegetais, minerais e animais muito importantes para o planeta. A exploração dessas riquezas é que causa enormes divergências. Tanto que os EUA

não assinaram o texto conclusivo da ECO/92 que trata sobre a biodiversidade.

"Valorando a natureza" estimula a "análise da ciência econômica para uma reflexão e assimilação das questões ecológicas. Pretende responder as demandas da sociedade na questão ambiental, oferecendo instrumentos e ferramentas que permitem organizar as atividades humanas de forma mais sustentável", afirmam os editores. A importância do livro reside no fato de efetuar uma análise da economia mundial e os seus efeitos sobre o meio ambiente, com os consequentes problemas causados pela má distribuição de rendas. É uma abordagem política da questão.

(Editora Campus: r. Sete de Setembro, 111 - 16º andar - RJ - CEP 20050-002 - tel.: (021) 221-5340)

Para onde vai a CUT?

A edição 16 da revista "Debate Sindical" discute a realização do 5º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (ConCUT) a ser realizado de 19 a 22 de maio. A revista pergunta "para onde vai a CUT?" referindo-se aos dilemas da maior central sindical do país. A Corrente Sindical Classista joga peso nesse Congresso e tentará levar as discussões para temas mais políticos para definições de classe.

A "Debate Sindical" traz também matérias sobre o Plano FHC2 e as eleições, a estratégia do sindicalismo classista,



a história das crises na sucessão presidencial, discute a quem serve a luta em defesa da cidadania, os efeitos do TQC na Fiat de Betim, a trajetória do pragmatismo sindical nos EUA e a importância da manutenção de arquivos nos sindicatos. A "Debate Sindical" é uma publicação do Centro de Estudos Sindicais (CES).

A revista é trimestral e custa CR\$ 4.000,00.

(CES: rua Piratingui, 12, Liberdade, São Paulo, CEP 01508-020, fone/fax (011) 270-7702).

Tô com a macaca

O cantor e compositor Chico Esperança lança o seu disco "Tô com a macaca" patrocinado pelo Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMNR). São dez mil LPs e dois mil CDs que estão à venda e os direitos autorais serão destinados ao MNMNR. O cantor pernambucano conta com a colaboração de ex-meninos de rua de Recife e pretende desenvolver em Olinda um projeto ambicioso com o objetivo de profissionalizar as crianças na área artístico-musical - a Casa Aberta de Músi-

ca, Arte e Lazer (Camal) -, com patrocínio da Unicef. A capa do disco é assinada pelo artista gráfico Elifas Andreato, que fez o trabalho "sem cobrar um tostão", afirma Chico Esperança. O disco pode ser encontrado no telefone: (011) 949-7379 (com Chico Esperança) ou no MNMNR de Brasília com Mário Volpi à HIGS 703-sul - bloco L - casa 42. Também pode ser encontrado em diretórios municipais do Partido dos Trabalhadores, por esse Brasil afora.

Cultura



DIVULGAÇÃO

sados de atos que nunca praticaram. Através de tortura física e psicológica a Scotland Yard arrancou confissões desses jovens que só pensavam em "curtir" a vida, longe de seus familiares. Na crítica limitada do movimento hippie, mas sempre pela paz e pelo amor.

Nem mesmo a ótima interpretação de Daniel Day-Lewis (Garry Conlon), principal personagem do filme e de Pete Postlethwaite (pai de Garry, Giuseppe Conlon), um pacato operário irlandês, sensibilizaram a academia de Hollywood. Jim Sheridan faz uma direção impecável e sem cair na mesmice apresenta uma obra como há muito não se via nas telas dos cinemas. Ele mostra a transformação de Garry Conlon, um jovem inconsequente, que amadurece na prisão através da convivência com o pai e com o desenvolvimento da luta para provar sua inocência, inspirado pela crença no futuro de seu pai e pela perseverança da advogada de defesa (Emma Thompson). A advogada atinge o seu objetivo, quando consegue um documento secreto, por acaso, nos arquivos da imponente Scotland Yard. Ela prova o engano da Justiça, mesmo após a morte de Giuseppe Conlon na prisão.

O filme é uma comoção do começo ao fim. Não se restringe, no entanto, a um drama familiar, de luta de gerações ou da simples guerra dos irlandeses contra o imperialismo britânico. Ele vai além, no afã de acompanhar os fatos históricos, não tem receitas fáceis, nem apresenta soluções, mas denuncia uma injustiça dos corretores podres da Justiça britânica. Deixa claro também que a Justiça é política, de classe, quando, apesar de tantas provas irrefutáveis, nenhum policial inglês vai para a cadeia. Os quinze anos que os jovens passaram na prisão ficam arquivados nos frios armários policiais. Nem mesmo a morte de Giuseppe é capaz de sensibilizar a coroa britânica para que o processo siga em frente.

Mas como a vida não é filme, "Em nome do pai" traz à tona uma discussão importante sobre a atuação do imperialismo no mundo. Outro destaque do filme é a trilha sonora de Gavin Friday e Bono Vox. Por tudo isso, fica difícil entender porque o Oscar não deu nenhum troféu para essa bela obra cinematográfica.

Em nome do pai: um filme político

Marcos Ruy

O terceiro longa-metragem do diretor irlandês Jim Sheridan baseia-se num fato verídico para mostrar as atrocidades do imperialismo britânico na Irlanda do Norte e a resistência liderada pelo Exército Republicano Irlandês (IRA). O filme de rara beleza, faz uma abordagem consequente dos conflitos com o Exército britânico em fins dos anos 60 e início dos 70, onde quatro jovens hippies foram presos em Londres e, com provas forjadas, condenados pela "infalível" Justiça inglesa. O processo recriado por Sheridan não deixa dúvidas quanto ao caráter antiimperialista da obra, mas sem cair em armadilhas emocionais ou em análises fáceis e simplistas dos fatos. Ao mesmo tempo em que mostra um drama familiar com o conflito entre gerações, muito em voga na época, quando os jovens saíram de suas casas para viver em comunidades hippies, apresenta um drama épico, político, que contesta amplamente o autoritarismo e defende a autodeterminação dos povos.

Talvez por isso, "Em Nome do pai" não tenha sido agraciado com nenhum troféu na 66ª cerimônia de entrega do Oscar. A obra de Sheridan é forte, contundente, com uma crítica mordaz a uma medida de exceção que permitia à polícia prender qualquer cidadão que ela suspeitasse ter participação em atividades "terroristas" do IRA. Os supostos terroristas podiam ficar detidos durante sete dias para averiguação de suas atividades. É a guerra diriam alguns. Mas os condenados nesse processo viram-se acu-

**QUEM
É DE
LUTA
LÊ**

ASSINE A CLASSE

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____ Telefone _____
Cidade _____ Estado _____
Profissão _____ Data ____/____/____
Assinatura semestral: CR\$ 13.000,00 Assinatura trimestral: CR\$ 6.000,00
Assinatura semestral de apoio: CR\$ 25.000,00

Preços Válidos até 25.04.94

Preencha e envie hoje mesmo este talão para a A Classe Operária. Não mande dinheiro. Mandar cheque nominal e cruzado, ou vale postal, em nome da Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda. - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01318-020 - Fone (011) 34-4140 - Fax (011) 36-0412.

A Classe Operária



Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - **Editora:** Ana Maria Rocha - **Redação:** Dilermando Toni, Guiomar Prates, Marcos Ruy e Sueli Scutti - **Correspondentes:** Calucho Carvalho (BA), José Ribamar Praseres (MA), Luciana Costa (PA), Marcos Lopes (PI), Niura Delfort (SE) - **Colaboradores:** Altamiro Borges, Antonio Carlos Queiroz, Bernardo Joffily, Carlos H. Vasconcelos, Carlos Pompe, Jefferson Barros, José Carlos Ruy, José Reinaldo Carvalho, Juarez Tadeu, Lejeune Mato Grosso, Moacyr de Oliveira Filho, Olivia Rangel, Pedro Augusto Pereira, Pedro de Oliveira, Umberto Martins - **Projeto Gráfico:** Auracébio Pereira - **Diagramação:** José Luís Muñera Reyes - **Composição e Arte Final:** Compuarte - Fone (011) 251-1571 - **Fotolito:** Enfocke - **Impressão:** DCI Editora Jornalística Ltda. - **Administração:** Vera Lúcia Lopes da Silva - **Fotografia:** Daniel Vaz - **Assinaturas:** Fabiana Frederico - **Publicação quinzenal da Empresa Jornalística A Classe Operária** - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01318-020 - Fone: (011) 34-4140 - Fax: (011) 36-0412

Sedes Regionais do PCdoB

ACRE - Rio Branco - R. Rio Grande do Sul, 65 - (068) 224-7329 - ALAGOAS - Maceió - R. Santos Pacheco, 308 - (082) 221-4634 - AMAPÁ - Macapá - Av. Feliciano Coelho, 882 - Bairro do Trem - BAHIA - Salvador - R. José Duarte, 5 - Tororó - (071) 321-6420/6622 - CEARÁ - Fortaleza - R. São Paulo, 1037 - (085) 221-4090 - DISTRITO FEDERAL - Brasília - HIGS 704 BL G Casa 67 - (061) 225-8202/3933 - ESPÍRITO SANTO - Vitória - R. Prof. Baltazar, 152 - (027) 222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Av. Anhanguera, 3595 - Ed. S. Luiz - sala 3 - 3º andar - (062) 212-4014 - MARANHÃO - São Luiz - R. Viana Vaz, 110 - (098) 222-5295 - MINAS GERAIS - Belo Horizonte - R. Padre Belchior, 285 - (031) 222-3161 - MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande - R. Mhracaju, 249 - sala 15 - MATO GROSSO - Cuiabá - R. Comandante Costa, 548 - fundos - (065) 321-5095 - PARÁ - Belém - R. Senador Manuel Barata, 1157 - Reduto - (91) 222-8733 - PARAÍBA - João Pessoa - R. Pedro II, 932 - (083) 221-8323 - PERNAMBUCO - Recife - R. Afonso Pena, 233 - Boa Vista - (081) 231-2038 - PIAUÍ - Teresina - R. Desembargador Freitas, 1216 - (086) 221-1162 - PARANÁ - Curitiba - R. André de Barros, 26 - Casa 6 - (041) 223-5920 - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - Av. 13 de maio, 33 - 16º andar - conj. 1601 - (021) 240-5286/532-4118 - RIO GRANDE DO NORTE - Natal - R. Vaz Godin, 86 - Pça. Kennedy - (084) 222-6323 - RONDÔNIA - Porto Velho - R. Tenreiro Aranha, 3216 - (067) 222-2222 - RORAIMA - Boa Vista - R. Manoel de Medeiros, 1051 - (095) 225-1546 - RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre - R. Dr. Vale, 142 - Floresta - (051) 228-5152 - SANTA CATARINA - Florianópolis - R. Anita Garibaldi, 128 - 2º andar - (048) 241-7927 - SERGIPE - Aracaju - R. Lagarto, 890 - (079) 224-8664 - SÃO PAULO - São Paulo - R. Condessa de São Joaquim, 272 - Liberdade - (011) 37-8483 - TOCANTINS - Gurupi - Av. Goiás, 1962-B.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois



▼ O sonho de um desenvolvimento nacional autônomo, voltado para as necessidades do povo e do país é antigo no Brasil. Tem pelo menos duzentos anos. Da mesma forma como o conflito entre esse sonho e as investidas do colonialismo, no passado, e do imperialismo, no presente. A prisão, condenação à morte e execução selvagem de Tiradentes, ocorrida em 21 de abril de 1792 é um episódio dramático desse conflito.

José Carlos Ruy

Coube a Tiradentes o destino mais cruel entre os inconfidentes que - naquele final de século marcado por revoluções importantes como a norte-americana de 1776 a 1787, ou a francesa de 1789 - queriam o fim do domínio colonial. Tiradentes pode ser considerado um típico representante da camada urbana intermediária que se desenvolveu nas cidades da região das minas. "Joaquim José da Silva Xavier foi, em toda a conspiração de Minas Gerais, um dos únicos - senão o único - destituídos de posses e riquezas. Pertencia à 'classe média' pobre da capitania", e tinha o que nenhum outro dos conspiradores podia oferecer à conjura: "a postura do grande agitador político, do líder revolucionário, do *homem de massas*" (Ricardo Maranhão e Antonio Mendes Jr., *Um homem do povo na forca*, jornal *Bloco*, 1º de Maio de 1979).

Contradições. O programa da Inconfidência refletia as contradições das forças sociais envolvidas nele, e previa a satisfação de seus múltiplos interesses. Refletia, por um lado, as dificuldades econômicas que haviam afastado muitos dos magnatas mineiros da Coroa portuguesa. Além disso, essa conjura de oligarcas catalizou o descontentamento de camadas que, hoje, se poderia chamar de classe média letrada, formada principalmente por profissionais liberais, magistrados, advogados e do alto clero, sensíveis às idéias francesas de legalidade constitucional e ao exemplo norte-americano de formação de uma república constitucional e construção de uma nação autônoma.



SONHO ANTIGO DE TIRADENTES

Esse programa previa o fim da proibição de atividades econômicas no Distrito Diamantino e, principalmente, a anistia das dívidas com a Fazenda Real. Seria criada uma Casa da Moeda, com emissões lastreadas pelo ouro que, previa-se, seria proibido de deixar a República. Previa-se também a criação de fábricas, o estímulo à exploração dos depósitos de minério de ferro, a criação de uma fábrica de pólvora, de uma Universidade em Vila Rica, a restrição aos direitos dos padres cobrarem dívidas, o incentivo à natalidade, a abolição das distinções e restrições no vestuário, a obrigatoriedade de uso de produtos manufaturados localmente. Do ponto de vista político, previa-se a formação de um governo republicano provisório, chefiado por Tomás Antonio Gonzaga, com a duração de três anos, ao fim do qual os governos passariam a ser eleitos a cada três anos. Somente os *homens livres* teriam direitos políticos, e os escravos, evidentemente, ficavam fora da cidadania.

Cada cidade teria seu parlamento, subordinado ao parlamento principal sediado na capital, e o exército permanente seria abolido (e seu lugar ocupado por cidadãos armados que, quando necessário, deveriam servir na milícia nacional).

Sobre a escravidão. Finalmente, encontraram uma solução de compromisso para a questão da escravidão, tema de controvérsia entre os conspiradores. Tiradentes declarava-se abolicionista (apesar de ser dono de escravo), enquanto outros temiam a reação dos escravos. José Álvares Maciel, por exemplo, disse em seu depoimento na *Devassa* que "sendo o número dos homens pretos e da escravatura no país muito superior ao dos brancos, toda e qualquer revolução que aqueles pressentissem nestes seria certo motivo para que eles mesmos se rebelassem". A solução que o sargento Luiz Maz de Toledo indicava para isso era a abolição. "Um negro com uma carta de alforria na testa se

deitava a morrer", disse ele. "O certo, porém, é que a abolição da escravatura não figurou como ponto programático na Inconfidência" (Clóvis Moura, *Inconfidência Mineira, uma utopia republicana*, in *Movimento*, 25 de Abril de 1977). A solução de compromisso a que se chegou, equacionando os interesses dos proprietários de escravos com a segurança do Estado, foi a liberdade apenas para os negros emulatos nascidos no território da nova república.

Razões para comemorar. A Inconfidência, na verdade, não passou de uma série de encontros entre os conspiradores, que foram denunciados antes mesmo de iniciar qualquer ação. Qual a razão que, duzentos anos depois, nos leva a comemorá-la, quando movimentos muito mais radicais do final do período colonial - como, entre outros, os Alfaiates, na Bahia, em 1798, ou a Revolução Pernambucana, de 1817, que ficou no poder no Nordeste durante dois meses - são esquecidas?

Em primeiro lugar, Tiradentes foi transformado em símbolo da luta pela independência pelos republicanos, que fizeram dele o antepassado oficial dessa forma de governo, e o entronizaram no panteão dos heróis nacionais depois de 1889. Isso por uma razão simples: os republicanos eram homens da mesma extração social dos inconfidentes de 1789/1792, e defendiam um programa semelhante - com as mesmas virtudes e limitações - ao que levou, cem anos antes do fim do Império, à execução de Tiradentes.

Isso não basta, porém, para explicar a transformação de Tiradentes como herói nacional, e sua permanência como tal na memória coletiva do país. O que talvez explique essa universalidade do mito de Tiradentes é o caráter nacional do programa defendido pelos Inconfidentes, a defesa de uma república independente e autônoma, anti-colonialista, cujo desenvolvimento estivesse voltado para a satisfação dos interesses e das necessidades do povo e do país. Esse programa que, batizado com o sangue de Tiradentes há mais de duzentos anos, ainda continua a orientar o Brasil de hoje.